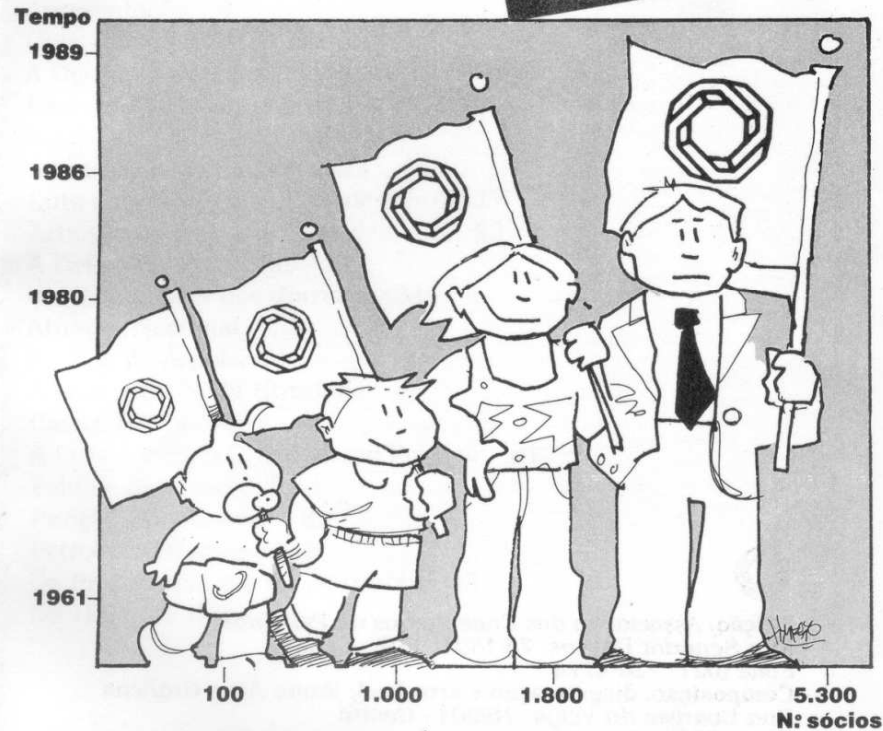


ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

CAMPANHA DE
NOVOS SÓCIOS
PRESTAÇÃO
DE CONTAS



Já somos 5.300 associados. É com essa representatividade que a AEPET tem conseguido acumular vitórias nas batalhas travadas em defesa do monopólio estatal do petróleo, da Petrobrás e de seu corpo técnico. Você aposta nesta luta? Então venha para a AEPET. Seja sócio e participe da entidade!



Edição: Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Rua Senador Dantas, 75/1801/1802 - Centro
Fone (021) 220-4774

Composição, diagramação e arte-final: Rama Artes Gráficas
Rua Evaristo da Veiga, 16/504 - Centro
Fone (021) 262-9906

Impressão: Informe Editora Ltda.
Rua João Torquato, 203-A — Bonsucesso
Fone (021) 260-0992

Jornalista Responsável: Teresa Garcia
Mtb 16319

Fotos: Luciano Alves e Material de Arquivo da AEPET

Sumário

Apresentação	4
Objetivos da AEPET	5
A Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo	6
Revisão dos Estatutos	13
Busca da Transparência e da Administração Participativa	14
Luta contra os Contratos de Risco	17
Articulação com a Sociedade Civil	22
A Defesa da Petrobrás	26
Nas Manchetes dos Jornais	31
Atuação Nacional	35
A Crise do Ácool	44
Administração da Entidade	46
Caso GEPEN	48
A Luta contra o Clientelismo Político	51
Política de Pessoal	57
Função Engenharia	65
Petrobrás Overseas	66
Os Presidenciáveis na Petrobrás De 1961 até Hoje	68 70

Boa Sorte e Um Grande Abraço
A Diretoria
Janeiro/90

Apresentação

Esta publicação tem três objetivos básicos: fomentar uma ampla campanha de novos sócios, contar um pouco da história da AEPET e prestar contas do trabalho da atual diretoria que encerra o seu mandato na primeira quinzena de 1990.

Ja somos 5.300 associados, o que representa uma força política muito grande. No entanto, na Petrobrás trabalham cerca de 8 mil profissionais que, somados aos demais colegas das subsidiárias, representam um potencial interessante para a ampliação dos quadros da entidade.

A história da AEPET, contada resumidamente nesta publicação, certamente facilitará a campanha de novos sócios, além, é claro, de registrar pela primeira vez, de forma consolidada, como que a AEPET cresceu e se firmou perante os seus associados, diante da direção da Petrobrás e frente à sociedade civil organizada, à imprensa e aos poderes legislativo e executivo em todos os níveis.

O destaque ilustrado das atividades da AEPET nos últimos anos resulta em uma prestação de contas da diretoria que agora encerra seu mandato. Apresentando os fatos, que espelham a prática do dia a dia da AEPET, todos poderão conferir mais uma vez, que a força da nossa Associação baseia-se fundamentalmente na sua ação corajosa, independente, suprapartidária, democrática e dinâmica.

Vamos reforçar a nossa luta. Não descanse enquanto você não conseguir atrair mais um colega seu para os quadros da AEPET. Se precisar de mais exemplares desta publicação entre em contato com nossa secretaria pelo telefone (021) 220 4774.

Boa Sorte e Um Grande Abraço
A Diretoria
Janeiro/90



Objetivos da AEPET

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás — AEPET — é uma sociedade civil sem fins lucrativos que tem por objetivo defender o monopólio estatal do petróleo, a Petrobrás, sua executora, e o corpo técnico da Companhia. A entidade, fundada em 17 de outubro de 1961 com o nome de Associação dos Engenheiros da Petrobrás nos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara (AEPERG) representa, hoje, os profissionais de nível superior da Petrobrás e de suas subsidiárias conforme deliberação em assembléia geral realizada em dezembro de 1988 para revisão de seus estatutos.

Nesta mesma assembléia também foram aprovados como objetivos da AEPET a atuação com outras organizações da sociedade civil visando ao aperfeiçoamento democrático do País e da Petrobrás, assim como lutar pela eficiência e autonomia da Companhia e de suas subsidiárias.

A AEPET tem, ainda, como compromissos estatutários preservar a memória da Petrobrás e colaborar com a Companhia na solução de problemas de interesse geral. São também seus objetivos o incentivo à união entre os associados, estimulando-os a levarem aos sindicatos as reivindicações de caráter trabalhista e lutar pela participação do corpo técnico nos processos decisórios da Petrobrás e de suas subsidiárias. Por fim, a entidade procura defender o planejamento institucional do sistema Petrobrás, bem como seus planos de investimentos a longo prazo.



A Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo

Art. 177. "Constituem monopólio da União :

I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;

II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;

IV - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem; (. . .)

Parágrafo Primeiro: O monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades nele mencionadas, sendo vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural, ressalvado o disposto no art. 20, parágrafo primeiro." (. . .)

Este artigo da nova Constituição brasileira, que garante o monopólio estatal do petróleo e elimina, através de seu primeiro parágrafo, os contratos de risco foi redigido com o esforço e o entusiasmo da AEPET. Não foi fácil assumir a responsabilidade de enviar ao Congresso Nacional a proposta de um texto constitucional que garantisse, sem margens para interpretações que beneficiassem interesses alienígenas, um anseio histórico da sociedade brasileira.

O diretor de patrimônio da AEPET, Guaraci Corrêa Porto, foi quem deu a forma final ao texto apresentado aos constituintes e, para nossa satisfação, acatado na íntegra. Assim, a AEPET pôde se orgulhar de haver participado, de forma decisiva, na elaboração de um dos artigos mais importantes e mais polêmicos da Ordem Econômica do novo texto constitucional, por tratar de questões como o monopólio do petróleo e os contratos de risco. Sairam vitoriosos os trabalhadores da Petrobrás. Saiu vitorioso o povo brasileiro.

Campanha nacionalista reúne políticos e intelectuais no Rio



Saturmino Braga cumprimenta Barbosa Lima Sobrinho após o discurso.

"O petróleo é nosso. O Minério é nosso". Sob esse lema, em defesa da soberania nacional na exploração do petróleo e dos recursos minerais, foi realizado, ontem à noite, na Associação Brasileira de Imprensa, um ato público, que reuniu centenas de pessoas, entre as quais o prefeito do Rio, Sr. Braga, o vice, Jô P. Basti.

va de abertura à exploração do petróleo e minério pelas multinacionais. O prefeito salientou que "em nome da modernidade, progras e o entreguismo", e que "o processo de modernização da tecnologia brasileira tem que ser feito pelos brasileiros, e não pelas multinacionais, que sempre primaram

estatal do petróleo e a extinção dos contratos de risco, como forma de efetivamente salvaguardar os interesses nacionais.

ARTIGO 183

O ato público realizado ontem na ABI, teve como principal objetivo a manutenção do Artigo 183 da Nova Constituição

ULTIMA HORA - 02/08/88



Guaraci Corrêa Porto foi o redator do texto em defesa do monopólio estatal do petróleo encaminhado à Constituinte.



Esq. à dir.: Carlos Sant'Anna (então diretor da Petrobrás), senador Afonso Arinos, ex-prefeito do Rio de Janeiro, Saturmino Braga, senador Pompeu de Souza, senador Jamil Haddad, ex-senador Euzébio Rocha e deputado Cesar Maia. (Manifestação em defesa do monopólio — 87)

Comissão aprova monopólio do petróleo

por Fátima Belchior de Brasília

A comissão de estudos constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos, aprovou emenda do conselheiro Barbosa Lima Sobrinho no sentido de consolidar o monopólio estatal do petróleo e gás no projeto da constituição. Sobrinho baseou-se em sugestão da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), entidade integrada por 2.500 profissionais da empresa.

A informação foi transmitida em boletim distribuído ontem, pelo presidente da Aepet, Antonio Maciel Neto. A proposta de Sobrinho, de acordo com o boletim, foi aprovada em maio, depois de a Aepet ter encaminhado correspondência

a todos os membros da comissão de estudos constitucionais, sugerindo nova redação para o dispositivo constitucional relativo ao monopólio estatal do petróleo. De acordo com o artigo 169, da Constituição de 1967, o monopólio está expresso da seguinte forma: "A pesquisa e a lavra de petróleo em Território Nacional constituem monopólio da União, nos termos da lei". A emenda apresentada por Sobrinho teria a seguinte redação: "Constituem monopólio da União a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o transporte marítimo e em condutos, do petróleo e seus derivados e do gás natural, em Território Nacional". A este artigo seriam acrescidos uns dois pará-

grafos, — "pode a União autorizar os estados e municípios a realizar os serviços de canalização de gás natural por ela explorados" e "a canalização do gás natural obedecerá ao projeto previamente acordado pela União com os estados e municípios cujo território for atravessado". A proposta da Aepet baseia-se não só no artigo 169 da Constituição, mas também no fato de que as atividades de refinação, transporte por condutos e por via marítima do petróleo, gases raros e seus derivados são monopólio da União, de acordo com a Lei nº 2.004, de 1953. O aperfeiçoamento do artigo objetiva, segundo a Aepet, esclarecer possíveis dúvidas quanto ao monopólio.

GAZETA MERCANTIL - 30/07/86

"O petróleo e o minério são nossos"

Jorge Cecla

CAMPANHA HISTÓRICA É RETOMADA NO RIO



Hoje, na ABI, a volta da campanha O Petróleo é Nosso

O Petróleo é nosso não é uma campanha nova. Vem da década de 40, intensificou-se no início dos anos 50 e culminou com a Lei 2.004 que estabeleceu o monopólio do petróleo, através da criação da Petrobrás, em 1953. Reafirmar esta campanha, hoje, é o objetivo dos petroleiros e de dezenas de entidades civis que farão um ato público, às 18 horas, no auditório da ABI. Uma testemunha desse movimento,

Barbosa Lima Sobrinho, estará presente e, apesar dos mais de 90 anos de idade, reproduzirá todos os fatos, com o agravante de exigir o fim dos contratos de risco, o fortalecimento do monopólio e a defesa das conquistas sociais dos trabalhadores na Constituinte. Apesar de ter sido garantido, no primeiro turno da Constituinte, por cerca de 400 votos, o monopólio do petróleo, na opinião de Barbosa Li-

ma Sobrinho, vive constantemente ameaçado "pelos poderosos interesses das multinacionais". A seu ver, ainda que as empresas estrangeiras reforcem sua campanha para conseguir mudar alguns pontos na Constituinte, principalmente os que dizem respeito à exploração de minérios, "a sociedade e o povo brasileiro saberão dar a resposta a essa ameaça, se unindo em torno do patrimônio e da soberania

"O petróleo é nosso. O minério é nosso". Com o mesmo lema da década de 40, políticos e intelectuais realizaram ontem à noite, na ABI, ato público em defesa do monopólio nacional na pesquisa, exploração e comercialização do petróleo e dos minérios. Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI e participante efetivo da primeira campanha, agradeceu ao destino por poder, mais uma vez, defender os interesses nacionais: Estiveram presentes à solenidade vários representantes sindicais, além de políticos, como o prefeito Saturnino Braga.

ULTIMA HORA - 2/08/88

"CARTA AOS CONSTITUINTES"

EM DEFESA DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO E CONTRA OS CONTRATOS DE RISCO

FEVEREIRO/1987



O ex-ministro da Minas e Energia, Aureliano Chaves assina a bandeira da Petrobrás. Ao seu lado o jornalista Barbosa Lima Sobrinho que entregou a bandeira, com centenas de assinaturas, aos constituintes.



Revisão dos Estatutos

A AEPET iniciou 1989 ampliando seu quadro de associados. A entidade começou o ano com fôlego renovado após haver revisado seus estatutos, que passaram a permitir o ingresso de todos os profissionais de nível superior da Petrobrás e de suas subsidiárias. Em assembléia realizada no dia 12 de dezembro de 1988, no Clube de Engenharia, 752 associados (presentes ou representados por procuração) aprovaram os novos estatutos da AEPET, introduzindo normas mais democráticas no processo eleitoral e criaram o Conselho Deliberativo que passou a ser composto pela diretoria da entidade, pelos presidentes dos núcleos regionais e pelos representantes das associações conveniadas.

Os novos estatutos da AEPET tornaram ainda mais transparente e democrático o processo eleitoral da entidade. Com as mudanças aprovadas, a diretoria da AEPET divulgará com antecedência o período das eleições e fornecerá a listagem dos sócios da entidade às chapas concorrentes, conforme está sendo realizado neste processo eleitoral para o mandato de 1990/1991.

Para fiscalizar e acompanhar os trabalhos da apuração dos votos, os novos estatutos prevêm a formação de uma comissão com a representação de todas as chapas. Enfim, as normas do processo sucessório tornaram-se mais flexíveis, favorecendo a atuação da entidade em todo o País, com a participação ativa dos núcleos regionais no processo decisório.

Um dos temas exaustivamente debatidos na assembléia de revisão dos estatutos foi a fixação do novo valor das mensalidades. A proposta vencedora, defendida pelo núcleo da Bahia, estabelece uma mensalidade unificada, a partir da qual será definido um percentual para os núcleos regionais. O valor da mensalidade única não poderá ultrapassar o teto de 1% do salário-base do engenheiro estagiário da Petrobrás e deverá ser fixado na primeira reunião anual do Conselho Deliberativo.

A assembléia de revisão dos estatutos da AEPET teve momentos de muita discussão, principalmente em relação a um tema bastante polêmico: o ingresso de novos associados. Duas propostas conduziram os debates em torno deste assunto. A primeira defendia que os profissionais de nível superior fizessem parte do quadro de sócios da AEPET, porém sem direito a voto. A segunda, vencedora, permitiu a associação de todos os empregados de nível superior, sem qualquer discriminação.



Busca da Transparência e da Administração Participativa

31 de maio de 1988. Véspera da votação do tempo de mandato do presidente da República pela Assembléia Nacional Constituinte. O País é surpreendido pela declaração do presidente José Sarney sobre a existência de reservas de petróleo da ordem de 20 bilhões de barris na Ilha de Marajó, no Pará, na região explorada por contrato de risco pela multinacional Texaco. Em um discurso ufanista e inesperado, José Sarney comparou o reservatório supostamente descoberto em Marajó aos campos gigantes de petróleo no Mar do Norte.

Para os mais desavisados a notícia transmitia um clima de esperança e de prosperidade para o País. O então presidente da Petrobrás, Ozires Silva, não desmentiu o presidente da República e não ouviu o corpo técnico da empresa que sabia ser impossível estimar o volume de um reservatório sem concluir a perfuração dos poços exploratórios. A Texaco havia perfurado apenas o primeiro de uma série de quatro poços previstos na Ilha de Marajó e sequer concluíra os testes complementares de perfilagem e de formação, entre outros, no poço Breves-1.

As informações disponíveis naquele momento foram posteriormente confirmadas: havia indícios da presença de hidrocarbonetos, sim, mas nada poderia comprovar a existência de um reservatório de petróleo com volumes suficientes para ser considerado de valor comercial. Muito menos com dimensões comparáveis aos campos gigantes do Mar do Norte.

No dia seguinte às declarações do presidente da República a AEPET começou a questionar a veracidade das informações e cobrar da direção da Petrobrás transparência sobre os dados disponíveis na exploração de petróleo em Marajó, pela Texaco. Em carta dirigida aos constituintes, a AEPET adverte sobre uma possível manobra que estaria sendo articulada para derrubar, no segundo turno da Assembléia Nacional Constituinte, as vitórias nacionalistas já conquistadas na fase anterior, como a preservação do monopólio estatal do petróleo.

Em entrevistas à imprensa, em contatos com parlamentares, em reportagens publicadas em seu Boletim, a AEPET, vai, aos poucos, desmascarando mais uma tentativa de se exaltar a participação do capital estrangeiro no setor petróleo, com a divulgação de notícias fantasiosas à população. A Texaco até agora não encontrou nada em Marajó!



BOLETIM DA

aepet

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

ANO V — Nº: 48
JULHO/88

MARAJÓ

A fantasia deturpou o fato

Preocupada com o excesso de otimismo no anúncio sobre a descoberta de petróleo na Ilha de Marajó a AEPET enviou carta aos Constituintes alertando sobre possíveis manobras para derrubar, no segundo turno, as conquistas nacionalistas da Assembléia Nacional Constituinte. A Texaco ainda não avaliou as reservas existentes e devido a problemas técnicos abandonou o poço Breves-1.

Págs. 8/9

DEMISSÃO DE OZIREZ SILVA SURPREENDE AEPET

Págs. 4/5

É hora de se sindicalizar

O associado Evaldo Gusuiros encaminhou à AEPET uma proposta que coincide exatamente com a tese que defendemos: desencadear uma campanha de filiações aos SINDIPETROS. O corpo técnico da Petrobrás possui reivindicações específicas que precisam ser levadas aos SINDIPETROS para aumentar nosso poder de barganha nos acordos coletivos. A carta de Evaldo Gusuiros foi oportuna e, melhor ainda, é poder contar com a participação dos associados. Faça o mesmo. Publique suas idéias no nosso boletim.

Petrobrás lesada com o subsídio ao álcool

Pág. 3

OVERSEAS: O debate com o diretor Carlos Sant'Anna

Pág. 10/11

Congresso repudia Acordo com a Texaco em Marajó é suspenso



Senhor(a) Constituinte.

As negociações entre a Petrobrás e a Texaco para exploração de petróleo na Bacia de Marajó estão suspensas até posterior deliberação da Assembléia Nacional Constituinte. Um projeto de decisão assinado por mais de 300 parlamentares constituintes levou o Ministro Aureliano Chaves a decidir-se pela suspensão. A medida tomada pela Assembleia preservou a soberania da Assembléia Constituinte que, como se sabe, está pretes a proibir definitivamente a fatura dos contratos de risco no País, com a aprovação do parágrafo único do Artigo 207, aprovado pela Comissão de Sistematização. O presidente da Petrobrás, Ozires Silva, recebeu uma cópia do projeto de decisão quando de sua ida ao Congresso Nacional para explicar aos parlamentares os termos da proposta pela Texaco, a indicação do Ministro Aureliano Chaves, impressionado com as iniqüidades por deputados e senadores Parlamentar. Nacionalista lealdade e inconstitucional associação proposta pela presidente Ozires debateu horas com cerca de 50 parlamentares para o aperfeiçoamento que tal tipo de prática acarretaria a enviar aos partidos os contratos de risco a vigor no País e quaisquer manobras que permitam aos decidir sobre a proibição de risco com o maior clareamento possível. De importância para a tomada dos parlamentares contra a associação proposta pela Texaco na Bacia de Marajó foi o documento ao Congresso pelo Projeto de Comissão em Defesa do Marajó do Petróleo e Contra o Risco, Barbosa Lima Contestado a nova tese dos contratos, a tese da defesa pelo presidente em carta entregue a um grupo de constituintes em que pedia a suspensão dos contratos de risco, o documento está publicado a seguir.

O atual Presidente da Petrobrás, Ozires Silva, defende, em documento enviado a diversos constituintes, a manutenção dos chamados "CONTRATOS DE SERVIÇO PARA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO COM CLAUSULA DE RISCO", alegando que, "na avaliação da Petrobrás, a exploração complementar, realizada através desses contratos, tem sido benéfica para a Companhia e para o País".

No mesmo documento afirma o Presidente da Petrobrás que a proibição dos contratos de risco, prevista no parágrafo único, do Artigo 207, do Projeto de Constituição, aprovado pela Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, "traz prejuízos inconstitucionalidade dos contratos, atestados, como Pontes de Arinos, os mesmos termos de resultado. Em áreas sedimentares de 1 Km², as empresas aram produzir uma zona um metro cúbico período perfuração 8.203, ou Em 1987 o "im- de avaliação das áreas" limitou-se à finalização, de três e 1.000 completa. Os investimentos em Brasília, em um US\$ 381 milhões representam 2% dos recursos aplicados para

Deu areia no poço Sarney

A Ilha de Marajó não é o nosso Mar do Norte, como quer o presidente Sarney. Esta semana, geólogos e engenheiros da Petrobrás vão tornar público documento já enviado à Assembléia Nacional Constituinte que comprova a fraude do anúncio de uma grande jazida de petróleo no poço de Breves, perfurado pela Texaco. Segundo a Associação dos Engenheiros da Petrobrás, não há dados suficientes para se afirmar a existência de uma jazida de petróleo na Ilha de Marajó. O documento enviado à Assembléia Nacional Constituinte comprova a fraude do anúncio de uma grande jazida de petróleo no poço de Breves, perfurado pela Texaco. Segundo a Associação dos Engenheiros da Petrobrás, não há dados suficientes para se afirmar a existência de uma jazida de petróleo na Ilha de Marajó. O documento enviado à Assembléia Nacional Constituinte comprova a fraude do anúncio de uma grande jazida de petróleo no poço de Breves, perfurado pela Texaco. Segundo a Associação dos Engenheiros da Petrobrás, não há dados suficientes para se afirmar a existência de uma jazida de petróleo na Ilha de Marajó.

TRIBUNA DA IMPRENSA - 04/07/88

BOLETIM DA AEPET - abril 88



Luta Contra os Contratos de Risco

A Campanha "O Petróleo é Nosso", que na década de 50 mobilizou milhares de brasileiros pelo País afora, voltou à tona quando a AEPET advertiu à centenas de entidades civis que estava sendo articulada uma manobra no Congresso Nacional, reunindo parlamentares integrantes do conhecido grupo "Centrao", visando à quebra do monopólio estatal do petróleo com a legalização da exploração do petróleo brasileiro por empresas estrangeiras através de contratos de risco.

O JORNAL DO COMÉRCIO publicou uma ampla reportagem com o título "Deputados Minam a Petrobrás", reproduzindo as denúncias feitas pela AEPET sobre as tentativas de extinguir do texto constitucional o monopólio estatal do petróleo. As manobras foram engendradas pelos constituintes Roberto Campos (PDS-MT), Delfim Neto (PDS-SP) e Rubem Medina (PFL-RJ).

Rapidamente centenas de entidades organizaram-se através da Comissão Nacional em Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e Contra os Contratos de Risco. Um abaixo-assinado contra a presença de empresas multinacionais no setor petróleo brasileiro foi enviado ao Congresso Nacional reunindo nomes de 14 governadores brasileiros, de norte a sul do País.

Em julho de 1987, com a mobilização de parlamentares, representantes do poder executivo, líderes sindicais e membros de entidades da sociedade civil organizada foi realizado um Ato Público de Relançamento da Campanha "O Petróleo é Nosso", na Associação Brasileira de Imprensa. Estiveram presentes o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, o ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro, Luis Carlos Prestes, o então presidente da Petrobrás, Ozires Silva e representantes de todos os partidos políticos, totalizando mais de mil pessoas.

Praticamente um ano depois, em agosto de 1988, foi realizado um Ato Público contra os contratos de risco, também na Associação Brasileira de Imprensa, com tamanha força política que tomou conta das manchetes dos jornais.

Nesta luta contra os contratos de risco e, por consequência em defesa do monopólio do petróleo, a AEPET pôde registrar os momentos mais emocionantes dos últimos anos de atuação da entidade. Vale lembrar a disposição do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, 91 anos, percorrendo gabinetes e corredores do Congresso Nacional para sensibilizar os constituintes da importância de se aprovar o artigo 183, encaminhado como proposta pela AEPET e que decretava a extinção dos contratos de risco.

A emoção foi maior quando Barbosa Lima Sobrinho entrou no plenário do Congresso Nacional, na condição de ex-parlamentar, e entregou ao presidente da Casa, deputado Ulysses Guimarães, uma bandeira do Brasil com dezenas de assinaturas em defesa da Petrobrás. Aplaudido de pé, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa solicitou aos constituintes, em nome de cerca de 160 entidades civis, que não permitissem a destruição da Petrobrás, o maior patrimônio do País.

Convite

**EM DEFESA DA PETROBRÁS
EM DEFESA DO MONOPÓLIO ESTATAL
DO PETRÓLEO
CONTRA OS CONTRATOS DE RISCO**

Almoco de Confraternização

A Comissão "EM DEFESA DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO E CONTRA OS CONTRATOS DE RISCO" convida V.Sa. a participar de um almoco de adesão:

dia: 23/10/87 - sexta
hora: 12:00 h
local: Automóvel Clube do Brasil - Rua do Passeio, 90 - Lapa - RJ, RJ

Contribuição: Cz\$ 500,00

Vamos intensificar a Campanha O PETRÓLEO É NOSSO!!! comemorar o 34º aniversário da Lei 2004 que criou a PETROBRÁS e lutar pela manutenção e ampliação dos investimentos da Companhia.

PRESENCAS CONFIRMADAS: Ministro Aureliano Chaves, Prefeito Saturnino Braga, Diretor Carlos Sant'Anna, Senador Afonso Arinos, Deputados Mario Lima, Cesar Maia, Roberto D'Avilla, Fernando Gasparian entre outros, Barbosa Lima Sobrinho, Euzébio Rocha.

• NÚMERO DE CONVITES É LIMITADO.
• GARANTA URGENTE O SEU LUGAR
FONE 220-4774
OU RUA SENADOR SANTAS 75
GRUPO 1802 - CENTRO

O PETRÓLEO É NOSSO!

O GLOBO - 27/07/88

Panorama Político

Tereza Cruvinel



Volta o lobby dos engenheiros da Petrobrás: promovem no dia primeiro de agosto um ato público na ABI, contra os contratos de risco e a favor do monopólio e da nacionalização do subsolo. As presenças confirmadas vão de Luiz Carlos Prestes a Aureliano Chaves.

Engenheiros classificam contrato de lesivo ao País

As bases da negociação da Petrobrás com a Texaco, aprovadas pelo Governo, para exploração de petróleo na ilha de Marajó, pela multinacional, em regime de contrato de risco, foram criticadas ontem, no Rio, pelo presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Ae-Engenheiros da Petrobrás, que considerou o contrato de anti-constitucional e prejudicial à economia da empresa.

Segundo o engenheiro, o contrato da Petrobrás com a Texaco é uma associação, que além de inconstitucional, significa, na prática,

ca, um contrato de risco para a Petrobrás em solo brasileiro".

Na opinião de Maciel Neto, a Texaco não tem recursos para explorar a região e por isso está propondo à Petrobrás que invista na maior parte da área do contrato e depois divida os lucros da produção de petróleo com ela. O engenheiro defende que a estatal rompa o contrato de risco com a Texaco, pois a empresa está em situação pré-falimentar. E isto a situação já faz com todas as empresas que fazem parte de seu cadastro e que se encontram nessa situação.

O GLOBO - 8/01/88

CAMPANHA GANHOU ESP

Relançada a campanha "O Petróleo é Nosso"

Dois meses de trabalho em todas as atividades da campanha (51 entidades promotoras da campanha) tiveram início ontem, na ABI, para relançar a campanha "O Petróleo é Nosso".

Após o lançamento, o primeiro passo é a realização de um ato público no Praca da Sé, em São Paulo, no próximo dia 14. O governador Celso Furtado e o prefeito João Queiroz serão convidados.

Paralelamente, a Comissão de Defesa do Monopólio e da Petróleo, criada em dezembro de 1987, participará, no dia 14, de um ato público em defesa da manutenção do monopólio estatal de petróleo. O ato iniciará às 19h30, se prolongando por uma hora e meia e contará com a presença do prefeito de Porto Alegre, Alceu Colares (PTT), de Chapecó, Carlos Giacomini (PMDB),

Prestes e Aureliano, juntos pelo petróleo

O ministro Aureliano Chaves e o ex-senador Luiz Carlos Prestes sentaram-se na mesma mesa, na ABI, para relançar a campanha "O Petróleo é Nosso".

O autor da Lei 2004, o senador Luiz Carlos Prestes, da ABI e da Petrobrás, Barbosa Lima Sobrinho e Otávio Silva, também sentaram-se à mesa no ato público.

Página 3

MONOPÓLIO Aureliano diz que risco no lançamento

"Não tenho razões para achar que o contrato de risco seja a concessão da parte do subsolo para o estrangeiro", disse o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, em entrevista coletiva dada ontem em Brasília.

Ele afirmou que o contrato de risco não é uma concessão de subsolo, mas sim uma exploração de subsolo. Ele disse que o contrato de risco não é uma concessão de subsolo, mas sim uma exploração de subsolo.

Aureliano prega fim de contratos de risco para explorar o petróleo

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, pediu ontem o fim dos contratos de risco para a exploração do petróleo no Brasil.

Ele afirmou que o contrato de risco não é uma concessão de subsolo, mas sim uma exploração de subsolo. Ele disse que o contrato de risco não é uma concessão de subsolo, mas sim uma exploração de subsolo.

Aureliano já defende o fim do contrato de risco no País

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, defendeu ontem o fim dos contratos de risco para a exploração do petróleo no Brasil.

Ele afirmou que o contrato de risco não é uma concessão de subsolo, mas sim uma exploração de subsolo. Ele disse que o contrato de risco não é uma concessão de subsolo, mas sim uma exploração de subsolo.

Reeditada a campanha "O Petróleo é Nosso"

Centenas de pessoas na ABI participaram do ato público de relançamento da campanha "O Petróleo é Nosso".

O ato contou com a presença de vários políticos e autoridades. Ele foi realizado no Praca da Sé, em São Paulo.

Petrobrás espera Constituinte para não correr riscos

O presidente da Petrobrás, Otávio Silva, garantiu ontem que a estatal não concordará com o contrato de risco estendido dos contratos de risco.

Ele afirmou que a Petrobrás não quer correr riscos. Ele disse que a Petrobrás não quer correr riscos.

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, afirmou que se o Governo não garantir recursos para a exploração do petróleo, haverá risco de que a Petrobrás não consiga cumprir seu plano de expansão.

Foi também com o apoio de entidades civis que a AEPET organizou em outubro de 1988 um almoço de comemoração dos 33 anos da Petrobrás, lotando o salão do Automóvel Clube do Brasil. Lá estiveram juntos representantes dos Sindicatos dos Petroleiros, Químicos, Engenheiros, Economistas e Médicos, Confederação Nacional dos Geólogos, União dos Militares Não Anistiados, Câmara Brasileira das Empresas de Capital Nacional, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, lideranças de partidos políticos e centenas de empregados da Petrobrás.

O trabalho articulado com a sociedade civil ficou visível em todas as situações vividas pela Petrobrás e pelos seus empregados. Durante a greve dos petroleiros, em novembro de 1988, 24 entidades civis aceitaram a argumentação da AEPET e assinaram um manifesto, publicado na imprensa, denunciando a intransigência do Governo Federal por não permitir à Petrobrás a livre negociação com os trabalhadores da Companhia.

No dia 17 de outubro deste ano o aniversário da Companhia foi festejado no Clube de Engenharia, quando a AEPET anunciou a sua decisão de encaminhar à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados uma representação denunciando o não cumprimento de dispositivos constitucionais que asseguram à Petrobrás mecanismos de preservação de sua saúde financeira.

O almoço contou com as presenças do Diretor da Petrobrás, Roberto Villa, do senador Jamil Haddad, dos deputados federais Luis Alfredo Salomão Bocayuva Cunha, Edmilson Valentin, Lysãneas Maciel e José Maurício, do jornalista Barbosa Lima Sobrinho e do ex-deputado Euzébio Rocha (ambos homenageados pela AEPET com o título de sócios beneméritos), além de empresários e representantes de entidades civis.

ALMOÇO DE
CONFRATERNIZAÇÃO

CONSTITUINTE 87

EM
DEFESA
DO
MONOPÓLIO
ESTATAL
DO
PETRÓLEO
E
CONTRA
OS
CONTRATOS
DE RISCO

PETROBRÁS
34 ANOS DE LUTAS

* Associação Brasileira de Imprensa — ABI • Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS — AEPET • Federação Nacional dos Engenheiros — FNE • Ordem dos Advogados do Brasil — OAB • Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC • Clube de Engenharia — RJ • Sociedade Brasileira de Geologia — SBG • Coordenação Nacional dos Geólogos — CONAGE • Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro — CREA-RJ • Associação Médica do Rio de Janeiro — Sindicato dos Urbanitários — RJ • Instituto dos Arquitetos do Brasil — RJ • Sindicato dos Escritores no Estado de São Paulo • Sindicato dos Químicos e Engenheiros Químicos — RJ • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro • Sindicato dos Médicos — RJ • Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas • Sindicato dos Economistas — RJ • Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí — CREA-PI • Associação Democrática e Nacionalista de Militares — ADNAM • Coordenação Nacional dos Anistiados da PETROBRÁS — CONAPE • Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro • Secretariado Nacional dos Trabalhadores das Empresas Estatais • Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro • Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Empresas Estatais • São Sebastião • Sindipetro — Duque de Caxias • Sindipetro — Fortaleza • Sindicato Regional de Medicina do Rio de Janeiro — Minas Geraes • Sindipetro — Paraná • Sindipetro — Rio de Janeiro • Sindipetro — São José dos Campos • Sindipetro — Rio de Janeiro — CNDDA • Sindipetro — Bahia • Sindipetro — Campinas/Paulista • Sindipetro — Curitiba/Santa • Sindipetro — Paraíba • Sindipetro — Pernambuco • Sindipetro — Rio de Janeiro — Rio de Janeiro • Sindipetro — Manaus • Sindipetro — Porto Alegre/Canoas/Osório • STIEP — Alagoas/Sergipe • STIEP — Bahia • STIEP — Pará/Amazonas/Maranhão • Mútuas dos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia — BSB • Sociedade Grupo Ecológico Frente Verde • Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional — CEDPEN • Federação Nacional dos Médicos • Central Única dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais • Federação Nacional dos Trabalhadores em Industrias Urbanas • Federação Nacional dos Jornalistas • Central Única dos Trabalhadores — CUT • Central Geral dos Trabalhadores — CGT • Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro — IERJ • Federação Nacional das Associações dos Agrônomos • Federação Nacional dos Jornalistas • Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro — SEARJ • Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — DIAP • Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional — SOBRAPO

ATO PÚBLICO
O PETRÓLEO É NOSSO !!!
O MINÉRIO É NOSSO !!!



CONTRA OS CONTRATOS DE RISCO

As empresas estrangeiras querem injetar US\$ 2 milhões na Constituinte. Eles têm o poder econômico. Nós temos o argumento e a razão. Vamos defender, juntos, a vontade do povo brasileiro.

ABI (Araújo Porto Alegre 71/9º andar)
1 AGOSTO (segunda-feira) 17h30m

Presenças Confirmadas:

Aureliano Chaves, Saturnino Braga, Barbosa Lima Sobrinho, Jamil Haddad, Fernando Henrique Cardoso, Nelson Carneiro, Pompeu de Souza, Roberto Freire, Arthur da Távola, Cesar Maia, Vladimir Palmeira, Edmilson Valentin, Hélio Duque, Antonio Carlos Konder Reis, Roberto D'Avila, Fernando Gasparian, Mario Lima, Paulo Ramos, Vivaldo Barbosa, Gabriel Guerreiro, Otavio Elycio, Nelson Friedrich, Heloneida Studart, Milton Temer, Luis Alfredo Salomão, Mesquita Bráulio, Jandra Feghali, Euzébio Rocha, Jorge Bittar, Hélio Fernandes, Geraldo Rodrigues dos Santos, Miguel Bahury, Alexandre Duarte, Arthur Duarte Candal da Fonseca, Horácio Macedo, Ronaldo Macedo, Hamilton Sergio Albertazzi, Mario Martins, Wanderlino Teixeira de Carvalho, Luis Gonzaga de Souza Fagundes, Machado Sobrinho, Oscar Niemeyer, José Alberto de Assumpção, Rui Moreira Lima, Marcelo Alencar, Daisy Lucidy, Antonio Maciel Neto, Moysés Bentes, Nelio Santos de Carvalho, Humberto José Albuquerque, José Mauro Campos, Regina Sodrê Von Der Weid, Roberto Chabo, Werneck Viana, Francisco Gurgel do Amaral, Antonio Florêncio de Queiroz, Sandra Neiva Moreira.



Nas manchetes dos jornais

Não é fácil conquistar o respeito da imprensa em um País onde os boatos e os fatos distorcidos tendem a prevalecer sobre a verdade. Felizmente, esta não é a experiência da AEPET. Nos últimos anos o relacionamento da entidade com os jornalistas — particularmente com aqueles que cobrem o setor energético — tem se marcado pela confiança e credibilidade de ambas as partes.

Isto explica por que a AEPET tem ocupado as manchetes dos jornais na discussão dos grandes temas que dizem respeito à Petrobrás e aos seus empregados. Assim foi na ampla campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo e contra os contratos de risco. A farsa da descoberta de reservas gigantes de petróleo em Marajó pela multinacional Texaco também foi denunciada pela entidade. Depois, o escândalo financeiro na Petrobrás Distribuidora, envolvendo o general Albérico Barroso Alves, fez com que a presença da AEPET fosse noticiada em todas as etapas daquele episódio, até a demissão do então diretor industrial da Petrobrás.

Os exemplos não terminam aqui. O nome da AEPET tem sido lembrado nos momentos de dificuldades e de êxitos vividos pela Petrobrás. Em outras palavras, valendo-se do jargão da imprensa, a AEPET virou fonte e tem saciado a sede de informação de muitos jornalistas que, como todos nós, assumiram o compromisso de fazer da profissão um instrumento de defesa do País.

AEPET pede demissão de Alves

por Fátima Belchior
do Rio

"Não há mais clima. Estamos pedindo ao presidente José Sarney e a autoridades do governo, que demitam exemplarmente o general Albérico Barroso Alves e seus dois assessores, Geraldo Magela de Oliveira e Geraldo Nóbrega. A declaração foi feita, ontem, pelo presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Antônio Maciel Neto.

"A Aepet, entidade que representa 4,5 mil empregados da Petrobrás, reuniu toda a sua diretoria, na última segunda-feira, e decidiu pronunciar-se publicamente sobre os fatos que envolvem o nome de Magela e Nóbrega nas denúncias de banqueiros de funcionários da Petrobrás Distribuidora (BR).

A direção da entidade decidiu, também, que poderá entrar com ação popular de processo por crime contra o patrimônio público, caso não sejam tomadas as devidas providências — punições cabíveis — neste caso. E está disposta a entrar com queixa-crime contra o general Barroso, caso ele não esclareça as declarações feitas à imprensa no sentido de que propina na Petrobrás "é algo normal".

Com uma série de documentos, comprovando que Geraldo Magela já teve problemas na Justiça — penhora de bens, por exemplo — Maciel Neto informou que o assistente de Barroso Alves não estaria na empresa se seu ingresso tivesse seguido a metodologia normal. A Divisão de Informação (Divin) faz um amplo levantamento da vida das pessoas. "Nesse caso, não houve. E o general foi o avalista", comentou.

GAZETA MERCANTIL - 15/12/88

Aepet vê derrota de multinacionais na Constituinte

"Hoje venceram aqueles que acreditaram no Brasil. Venceram os que apostaram uma nação capaz de erguer o seu próprio destino. Com argumentação e com a verdade derrotamos o poder econômico e os milhares de dólares das multinacionais. Estamos todos de parabéns. Venceu o Brasil." Este é um trecho da manifestação, ontem, do presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Antônio Maciel Neto, logo após a Assembleia Nacional Constituinte ter

aprovado o artigo 183 que preservava o monopólio estatal do petróleo e o seu parágrafo único que elimina, definitivamente, a figura dos contratos de risco.

Maciel Neto disse que foi consagrada uma luta de 13 anos em defesa da Petrobrás, desde que, em 1975, "tiveram início os ilegais contratos de risco". Nessa longa jornada, destacou o esforço conjunto

de 135 entidades civis, parlamentares, 14 governadores e do conjunto de empregados da Petrobrás, que resultou em amplo acordo suprapartidário na Constituinte.

Segundo Maciel Neto, "nessa reta final, às vésperas da votação do artigo 183 no segundo turno, foi decisiva a participação do presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, cujo respeito e credibilidade foram suficientes para atrair importantes segmentos na luta em defesa da Petrobrás".

Desde a de novembro de 1975 até hoje foram assinados 243 contratos de risco no valor de US\$ 1,7 bilhão, estando 42 deles (24 com empresas estrangeiras e 18 com nacionais) ainda em vigor. Os demais acabaram por diversas razões, como da Paulipetro, no governo Paulo Maluf, em São Paulo, que, após investimentos de milhões de dóla-

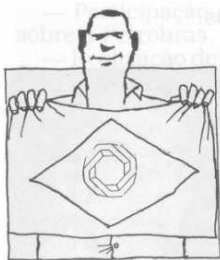
res, não encontrou petróleo. Os 243 contratos de risco cobriram uma área de 1,5 milhão de km quadrados.

A história dos contratos de risco começa em 1975 quando o então ministro das Minas e Energia, César Cals, enviou telegrama ao presidente da Petrobrás, Sérgio Ulbricks, determinando que fossem escolhidas áreas para exploração por essa modalidade. Foram oferecidas, assim, 87% das bacias sedimentares brasileiras.

Os 243 contratos — o último feito em 1985 — reuniam 32 empresas estrangeiras e 11 nacionais. Atualmente, somente quatro dessas 43 empresas mantêm 42 contratos, que sobreviverão à decisão da Constituinte: Azevedo Travassos e Andrade Gutierrez (brasileiras); Pecem, subsidiária da Shell inglesa, e a Texaco, de capital americano. A única descoberta de gás ocor-

reu em Merluza, Bacia de Santos. Nesse contrato, a Petrobrás assinou um aditivo para explorar o produto, mas que, por ser considerado ilegal, motivou contestação na Justiça Federal do Rio. Nesse caso, se o preço do produto estivesse a US\$ 22 o barril a Pecem arrecadaria US\$ 270 milhões de reembolso pelo contrato de risco e mais US\$ 300 milhões de remuneração, e a Petrobrás, nada caberia.

Ontem a Petrobrás não comentou a decisão da Assembleia Nacional Constituinte, mas informou que o montante das descobertas das empresas de risco é de 100 milhões de barris de petróleo. E que a produção da empresa Andrade Gutierrez, na Bacia Poço das Antas e Rio Grande do Norte) foi de 77.367 barris em 1987. Os contratos de risco da Texaco em Marajó vão até 1990 e da Pecem no Arzaganas até 1991.



Atuação Nacional

Descentralizar as atividades da AEPET e fortalecer a entidade a nível nacional. A partir desta tese a diretoria da AEPET deflagrou uma ampla campanha pela criação de núcleos regionais no País. Os resultados foram rápidos e positivos. Os núcleos regionais estão se multiplicando e agregando um número cada vez maior de associados. Hoje a entidade conta mais de cinco mil sócios, discutindo a situação da Petrobrás e de seu corpo técnico e propondo soluções à direção da Companhia e à sociedade brasileira através de campanhas públicas.

Aliás, esta tem sido uma função importante dos núcleos regionais: discutir assuntos de âmbito nacional em suas áreas específicas de atuação e, assim, construir e divulgar as posições da AEPET em todos os cantos do País. Por isso tem crescido muito as manifestações públicas em defesa dos investimentos da Petrobrás, conquistando a adesão de autoridades, parlamentares e líderes comunitários em diversas regiões brasileiras.

Os núcleos regionais têm descoberto seus próprios caminhos, fortalecendo os elos de ligação com a comunidade, criando veículos de comunicação com seus associados e, assim, descentralizando cada vez mais as atividades da nossa entidade. A atuação dos núcleos regionais tem facilitado a solução dos problemas regionais que envolvem o corpo técnico da Petrobrás. Alguns núcleos já imprimem seus próprios boletins e a maioria tem conquistado espaço na imprensa local.

Nas regiões onde ainda não foram formados os núcleos regionais, a AEPET tem procurado atuar junto às associações de engenheiros/profissionais existentes. Com algumas delas, a AEPET mantém um convênio de atuação conjunta com o mesmo objetivo perseguido pelos núcleos regionais: incrementar a atuação da entidade a nível nacional e fortalecer as lutas travadas em defesa da Petrobrás e de seus trabalhadores.

Juntos, núcleos regionais e associações de engenheiros ou de profissionais compõem, ao lado da diretoria da AEPET, o Conselho Deliberativo da entidade que reúne-se a cada três meses para definir, entre outras questões, o programa anual de atividades, o orçamento e o valor das mensalidades a serem cobradas aos associados. As reuniões do Conselho Deliberativo servem, também, para os participantes adquirirem informações sobre as lutas que cada núcleo vem travando, País afora.

Vale destacar as principais lutas nos seguintes núcleos:

BAHIA — Criado em setembro de 1987
 Associados: 732
 Endereço: Rua Padre Feijó, 442 — Canela.
 Salvador — Bahia CEP: 40 140



Admilson Sales
 pres. núcleo Bahia

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Admilson Quintino Sales
Vice Presidente: Manuel Mauricio Santos Filho
Primeiro Secretário: Salvador da Matta Júnior
Segundo Secretário: Paulo Anchieta Masiero
Primeiro Tesoureiro: Marco Tulio de Carvalho Ferraz
Segundo Tesoureiro: William de Souza Araújo

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

1988

CAMPANHA EM DEFESA DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO E CONTRA OS CONTRATOS DE RISCO

— Participação de Representantes do Núcleo/Bahia nas campanhas e contatos políticos realizados no Congresso Nacional.

— Realização de trabalhos na Bahia, junto aos Sindicatos dos Trabalhadores de Petróleo, STIET e SINDIPETRO, através de realização de "Sessão Especial" na Assembléia Legislativa da Bahia.

— Elaboração do documento "Carta à Nação" junto com entidades civis como CONAGE, ABG, SEG, SENGE, STIEP, SINDIPETRO, ABI e OAB para ser enviado ao Congresso Nacional.

— Participação de "Sessão Especial" na Câmara dos Vereadores de Alagoinhas, junto com o STIEP, SINDIPETRO, ABG, SBG, CONAGE, União dos Prefeitos da Bahia, União dos Vereadores da Bahia e Comissão de Minas e Energia da Assembléia Legislativa da Bahia.

— Realização de "Sessão Especial" na Assembléia Legislativa da Bahia com a participação do convidado Ozires Silva, então presidente da Petrobrás.

1989

CAMPANHA EM DEFESA DA PETROBRÁS E DOS INVESTIMENTOS DA COMPANHIA

— Palestra do presidente da AEPET, Antonio Maciel Neto, na ESSAL, sobre a crise financeira da Petrobrás.

— Reunião, no Centro de Convenções da Bahia, com entidades civis para traçar os rumos da campanha em defesa da Petrobrás e de seus investimentos.

- Participação de debate na TV Bandeirantes, no Programa Canal Livre, sobre a Petrobrás.
- Realização de Sessão Especial na Assembléia Constituinte da Bahia com o apoio da Comissão de Minas e Energia.
- Elaboração de um documento em defesa dos investimentos da Petrobrás, entregue ao presidente José Sarney, pela bancada federal da Bahia.
- Realização de palestras e debates na Escola Técnica da Bahia.
- Participação em Sessão Especial na Câmara de Vereadores de Mata de São João
- Passeata do Campo Grande à Praça Municipal de Salvador, com a realização de comício, sobre a defesa da Petrobrás, reunindo cerca de 2.500 pessoas, entre populares, líderes sindicais e parlamentares.

OUTRAS REALIZAÇÕES

- Torneio esportivo, de agosto a outubro de 1988, envolvendo todas as unidades da Petrobrás na Bahia nas modalidades de futebol de salão, tênis de mesa, xadrez e totó.
- Campanha de Sindicalização dos associados da AEPET no STIEP e SINDIPETRO.
- Estudos sobre as correções do pagamento adicional regional aos profissionais da Petrobrás que trabalham em áreas onde persiste esse adicional.
- Participação ativa na elaboração de minuta para alteração dos estatutos da AEPET.



O Conselho Deliberativo da AEPET reúne-se com o presidente da Petrobrás, Carlos Sant'Anna, logo após a sua posse em 1989.

CAMPINAS - Criado em maio de 1989
 Associados: 60
 Endereço: AEPET/CP - Núcleo de Campinas
 Caixa Postal 1764
 13001 — Campinas - SP

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Antônio Mario Machado Guimarães
Diretor Comunicações: Virgílio Antonio Rezende
Secretário: Mario Márcio Castrillon de Aquino
Diretor Cultural: Osvaldo Sérgio Menossi
Vice-Diretor: Carlos Alberto Gratti

SUPLENTE:

Ana Clélia Ferreira

PROPOSTAS DE TRABALHO:

- Defender a Petrobrás como patrimônio do povo brasileiro e honrar o monopólio estatal do petróleo.
- Defender os interesses do Corpo Técnico da Petrobrás
- Informar e esclarecer à sociedade sobre as atividades da Petrobrás e da AEPET
- Colaborar com a integração da Petrobrás na nossa comunidade
- Defender os interesses de seus associados junto às unidades e órgãos da Petrobrás
- Promover o debate de temas técnicos, políticos ou culturais de interesses nacionais ou regionais
- Colaborar com a Petrobrás na solução de problemas de interesse de seus associados
- Divulgar os trabalhos dos associados e notícias de interesse da Associação
- Colaborar com a AEPET na concepção de seus objetivos e representá-la localmente

OBJETIVOS

- Fundação e consolidação do núcleo
- Ocupação do espaço político do núcleo
- Elaboração de um plano de trabalho para 1990
- A AEPET Campinas tem objetivos comuns com a AEPET nacional

SÃO MATEUS - Criado em agosto de 1989
 Associados: 150
 Endereço: Av. Coronel Mateus Cunha, 5/101 — São Mateus - ES
 Telefone: (027) 763 3118

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Frederico Marinho
Vice-Presidente: Dirceu Bampi
Diretor Patrimônio: Carlos Pedroso Junior

Diretor Cultural: Claudio Vinicius Tagliari
Diretor Comunicação: Antonio Cosmé Del Rey
Diretor Pessoal: José Tavares

CONSELHO FISCAL

Edmar Setubal
Rosilene Lamounier França
Afonso Anore Pallaoro

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

— O Núcleo Regional de São Mateus teve uma participação expressiva no processo de implantação do CEUNES — Centro Universático do Norte do Espírito Santo, vinculado à UFES.

— Engajando-se na luta nacional contra as privatizações lesivas ao patrimônio do povo brasileiro, a AEPET/ES vem mantendo contatos com a prefeitura de Vitória, que coordena o movimento contra a proposta de privatização da CST.

— A AEPET/São Mateus vem se apresentando como entidade representativa dos profissionais de nível superior da Petrobrás junto aos órgãos de comunicação, prefeituras e sindicatos da região.

OBJETIVOS A CURTO PRAZO

- Elaborar o estatuto da entidade.
- Instituir a entidade no município de São Mateus e no Espírito Santo
- Recuperação do Adicional Regional e valorização da Carreira Técnica.



Representantes do Conselho Deliberativo da AEPET reúnem-se com o chefe do GAPRE, Raimundo de Oliveira. Em pauta: o pagamento do adicional regional.

MACAÉ - Criado em janeiro de 1989
 Associados: 692
 Endereço: Av. Presidente Sodrê, 316 sala 401
 CEP: 28.700 — Fone: (0247) 62 3165



Rafael Brandão
 pres. núcleo Macaé

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Rafael Brandão
Vice-Presidente: Paulo Nolasco
Primeiro Secretário: José Ailton Prince
Segundo Secretário: Marcelo Miranda
Primeiro Tesoureiro: Julius Henerici
Segundo Tesoureiro: Armando Gonçalves de Almeida
Diret. Cultural: Léo Zimmermann
Vice-Diret. Cultural: Antonio Fernando Tavares
Diret. Comunicações: Clemente Cruz
Vice-Diret. Comunicações: Jorge Luis Correa Bastos

CONSELHO FISCAL**Titulares:**

Walter Fernando Piazza
Abelardo de Araújo Lima Neto
Maurício S. Sampaio de Barros

Suplentes:

Raul Soares Felicissima
Paulo Roberto Baldissera
Geraldo J. da Rosa e Silva Júnior

PROPOSTA DE TRABALHO:

- Lutar pela auto-gestão da Petrobrás
- Apoiar a luta pelo retorno de investimentos na empresa
- Combater a privatização indiscriminada das empresas do Sistema Petrobrás
- Trabalhar junto à empresa para a implantação de um "Programa de Apoio ao Empregado em Macaé"
- Trabalhar para o estabelecimento de um "Plano de Carreira Técnica"
- Trabalhar para a implantação de novo "Plano de Cargos e Salários" para os profissionais.
- Trabalhar com a comunidade macaense pela melhoria da qualidade de vida na cidade.

PARANÁ - Criado em setembro de 1989
 Associados: 95
 Endereço: Rua Tenente José Gomes da Silva 167/12
 Curitiba - PR - CEP: 80510

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Douglas Camargo von Hartenthal
Vice-Presidente: Luiz Augusto Demaria Correa
Secretário: Ernesto Ramos de Carvalho
Tesoureiro: Dante Sparapan Nunes

CONSELHO FISCAL**Titulares:**

Gilberto Pepe

Nestor Teodoro da Silva

Ademar Kazuo Horiuchi

Suplentes:

Sérgio Luiz Longen

Cláudio Augusto Tomasi

Francisco Antônio Rocco

PROPOSTA DE TRABALHO:

— Aumentar a participação dos profissionais na discussão e no desenvolvimento de idéias que envolvam a categoria

— Ampliar a área de atuação do núcleo, envolvendo outras unidades da região, além da refinaria

— Prestar esclarecimento à opinião pública com respeito a assuntos que envolvam o monopólio estatal do petróleo, a Petrobrás e seu corpo técnico

— Contribuir para o desenvolvimento da gerência participativa da REPAR

— Lutar para que, em caso de greve, seja garantido o atendimento às necessidades inadiáveis da comunidade, bem como a manutenção dos serviços indispensáveis, conforme previsto em lei. E que estas garantias sejam feitas sem prejuízo dos direitos dos associados.

DUQUE DE CAXIAS — Criado em junho de 1989

Associados: 180

Endereço para Correspondência: Senador Dantas, 75/1801 — CEP: 20030

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: José Costa Freire Neto

Vice-Presidente: Flavio Monteiro

Primeiro Secretário: Luiz Antonio Costa Pereira

Segundo Secretário: Carlos Fellipe Nery Guimarães

Primeiro Tesoureiro: Clovis Coimbra Teixeira

Segundo Tesoureiro: Ricardo Greenhald Barreto Neto

CONSELHO FISCAL**Titulares:**

Carlos Alberto Andrade Ladeira

Antonio Henrique Fernandes

Paulo César Hildebrant

Suplentes:

Ermelinda da Silva

Carlos Alberto Navegantes

Jefferson Eduardo Vasconcelos Santos



Jose Freire
pres. núcleo Caxias

PRINCIPAIS LUTAS:

— Aprofundar o debate sobre o tema: Relacionamento Sindical no âmbito do núcleo Caxias

— Estreitar o diálogo com o Sindipetro Caxias

— Rediscutir a filosofia da contratação de serviços e de mão de obra externos.

— Participar e contribuir com a AEPET na discussão e encaminhamento dos seguintes temas: Carreira Técnica, Ingresso na Petros, Isonomia para os novos empregados, Aposentadoria especial, Reivindicações salariais e Remuneração de Horas Extras

SÃO PAULO — Criado em outubro de 1987

Associados: 150

Endereço para Correspondência:

Rua Caiovaa, 2251/apt. 12

Sumarezinho — São Paulo-SP

CEP: 01258

CONSELHO DIRETOR

Coordenador: Sydney Granja Affonso

Secretário: Nelson Blanco Marçal

Tesoureiro: José Carlos Luz Crivochein

CONSELHO FISCAL

Plínio Weller Correa

Mário Ferreira

Otto Moacir Melro Pecego

Suplentes:

Luiz Carlos Borsoi

Faustino Vertamatti

Marcos Gabriel Alves de Souza



Sydney Affonso
pres. núcleo São Paulo



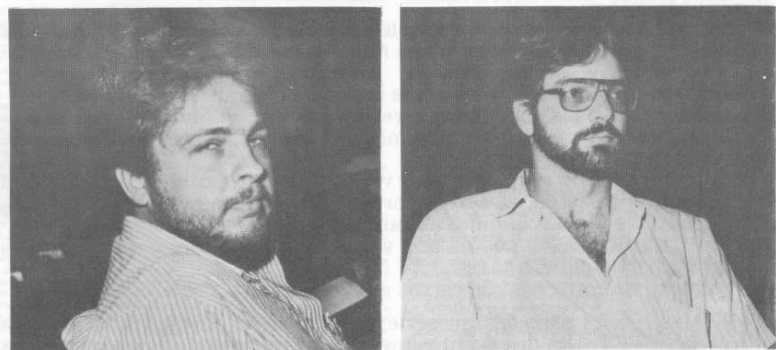
O Conselho Deliberativo da AEPET reúne-se com o diretor da Petrobrás, Wagner Freire para discutir os reflexos da crise da Petrobrás nas áreas de exploração e produção de petróleo.

PRINCIPAIS LUTAS:

- Combater a contratação indiscriminada de empreiteiras para a execução de serviços na indústria de petróleo
- Trabalhar junto à sociedade na região da Grande São Paulo, principalmente nos órgãos da Petrobrás e subsidiárias, ampliando a divulgação de informações sobre a Companhia.
- Promover debates locais sobre temas definidos com os associados.
- Dar prioridade para os temas obtidos nas pesquisas feitas junto aos associados, como critérios de avaliação de desempenho, carreira técnica, desenvolvimento de recursos humanos, critérios adotados pela empresa quanto à PL, admissão por concurso público, incentivo à participação nos SINDIPE-TROS locais e isonomia quanto ao tratamento salarial entre os profissionais e com as subsidiárias.
- Procurar melhor aproximação com entidades similares da Grande São Paulo e com os demais núcleos da AEPET
- Estimular a campanha de novos sócios da AEPET
- Lutar pela preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente junto à sociedade, sugerindo investimentos cooperativos entre Governo e empresas.
- Lutar pela implantação de uma sede.

Além dos Núcleos Regionais citados, têm participado das reuniões do CONSELHO DELIBERATIVO da AEPET: Associação dos Engenheiros de Petróleo no Estado de Minas Gerais, Associação dos Empregados Profissionais da Petrobrás no Estado do Rio Grande do Sul, Associação dos Profissionais de Nível Superior da Petrobrás no Vale da Paraíba e Associação dos Profissionais de Nível Universitário da Petrobrás no Estado de São Paulo.

Quanto aos Núcleos Regionais em formação também têm estado presente nos encontros do CONSELHO DELIBERATIVO: Núcleo Regional de Natal, Núcleo Regional do Espírito Santo, Núcleo Regional de Mossoró, Núcleo Regional de Aracajú. Está em fase de formação o Núcleo da Petrobrás Distribuidora — BR.



Bruno Attademo (núcleo de Natal) e Aguinaldo de Paoli (Associação de Minas Gerais) participam sempre das reuniões do Conselho Deliberativo da AEPET.

**A crise do álcool**

Muito antes de a sociedade brasileira enfrentar, entre outras crises, a do abastecimento de álcool, o Grupo de Trabalho da AEPET formado para debater o PROÁLCOOL e suas implicações na matriz energética brasileira e na saúde financeira da Petrobrás já advertia às autoridades governamentais sobre os riscos de um colapso no mercado interno de combustíveis. Ao primeiro sinal de que a crise do álcool começava a delinear seus contornos no País, a AEPET passou a defender uma série de medidas que visavam corrigir distorções no mercado de combustíveis como, por exemplo, a queda do consumo de gasolina, cujos excedentes passaram a ser exportados para os Estados Unidos, fazendo com que a Petrobrás ficasse dependente das encomendas norte-americanas.

Em telex encaminhado às autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo e à direção da Petrobrás, a AEPET apresentou as seguintes propostas em março de 1989:

- 1) Suspensão imediata da fabricação de veículos a álcool, devido à quebra da safra de álcool 88/89.
 - 2) Após a normalização do suprimento e dos estoques de segurança do álcool, a partir de julho de 1990, retorno da fabricação de carros a álcool nas seguintes condições:
 - a) Restrita à fabricação de veículos leves de 1.500 centímetros cúbicos de capacidade volumétrica nos motores e no máximo a 30% do total destes veículos.
 - b) Limitada a fabricação de veículos a álcool até junho de 1995.
- Ainda como medidas complementares foram apresentadas:
- 1) Garantia de fornecimento e comercialização de álcool hidratado carburante até junho de 2005.
 - 2) Aumento da paridade do preço de venda do álcool carburante de 75 para 85% do preço da gasolina, de sorte a tornar indiferente a escolha do combustível, do ponto de vista econômico-financeiro, por parte do usuário.
 - 3) Equiparação dos impostos dos veículos leves, álcool e gasolina (IPI, ICMS, IPVA) particulares e táxis.
 - 4) Proibição de conversão de carros a gasolina para álcool.

O PROÁLCOOL foi tema de uma série de debates promovidos pela Diretoria Cultural da AEPET. Um dos eventos que despertou maior interesse entre os associados foi o debate sobre "Conversão de Carros a Álcool para Gasolina — sua viabilidade e impacto ambiental —" reunindo o superintendente da Refi-

naria Alberto Pasqualini — REFAP — e os engenheiros Sergio Monteiro Fontes (CENPES) e Diocles Dalávia (REFAP).

A cada edição do BOLETIM DA AEPET estão sendo publicadas reportagens e artigos assinados pelos nossos associados ou pelo GT do Alcool tratando da crise do combustível no mercado nacional e das demais implicações do PROALCOOL. A AEPET adquiriu dezenas de exemplares do livro: PROALCOOL — Economia Política e Avaliação Sócio-Econômica do Programa Brasileiro de Biocombustíveis — editado pela Universidade Federal de Sergipe, reunindo textos de escritores alemães, e os distribuiu entre os parlamentares que procuravam a entidade para aprofundar a discussão sobre o assunto.

A AEPET tem fornecido dados sobre o álcool a parlamentares, Universidades e entidades da sociedade civil, além de ter participado ativamente de debates em diversos fóruns, inclusive na televisão.

JORNAL DO COMÉRCIO - 4/10/88

Aepet debate questão do álcool

O presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Antônio Maciel Netto, anunciou, ontem, que a sua entidade promoverá uma série de debates sobre a questão álcool x gasolina, que leva a Petrobrás a bancar um déficit de C\$ 15 bilhões por mês, por comprar o álcool a um preço e a vendê-lo mais barato, no mercado.

Fese dinheiro, segundo Netto, poderia ser utilizado para diminuir a importação de petróleo e em mais investimentos da Petrobrás. A Aepet está elaborando documentos e pretende discutir a poluição que o álcool produz no meio ambiente e até quanto uma usina de álcool gasta de energia para fazê-lo.

Ozires foi demitido porque criticou subsídios ao Proálcool, diz a Aepet

Beatriz Cardoso

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás - Aepet - considerou "abusiva" a decisão do governo de desstituir o coronel Ozires Silva da presidência da empresa, por sua defesa da manutenção da URP - Unidade de Referência de Preços - para o funcionalismo público. Segundo a entidade, o governo deu mais um sinal de sua "incompetência", ao "punir" o ex-presidente da Petrobrás e por uma questão que foi julgada inconstitucional pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O anúncio oficial da demissão de Ozires chegou ao conhecimento da entidade através da imprensa, no final da tarde de terça-feira. Até então, a direção da entidade e os funcionários da estatal não tinham maiores informações sobre a decisão do governo de exonerar o presidente da Petrobrás, contrariado com suas declarações à imprensa, no último fim de semana.

A maior preocupação da Aepet, no momento, é o rumo que vai tomar a sucessão da direção da maior estatal da América Latina. Ontem, Antônio Maciel Netto, presidente da entidade, declarou estar solidário com o coronel Ozires Silva (aumentado do país no momento), uma vez que ele foi punido por ter "nada" em uma ferida que incomoda o governo".

A entidade fez questão de ressaltar que sempre existiram divergências entre

a Aepet e a presidência da Petrobrás, principalmente em relação à Petrobrás Overseas, os contratos de riscos e o monopólio estatal. No entanto, não apóiamos o demissionário de Ozires Silva, uma vez que este defendeu a manutenção da URP. Afinal, não foram as divergências anteriores que provocaram a saída dele da direção da estatal.

Subsídios. A direção da Aepet destacou que a decisão do governo só fará agravar a "perplexidade e o caos no país". Mais uma vez, rebatem os argumentos de que a manutenção da URP aumentaria o déficit público. Lembrou que a Petrobrás, só no ano passado, pagou cerca de C\$ 140 bilhões em impostos diretos, que equivalem, pelo valor médio do dólar durante 1987, a US\$ 8 bilhões. Pelos cálculos da associação, isso equivale hoje a C\$ 540 bilhões. Segundo os dados da Aepet, a massa salarial correspondente a apenas 8,8% do faturamento da estatal e o congelamento da URP representaria uma economia de apenas 0,5%.

A Aepet observou que foi por ter usado esses números que Ozires perdeu seu cargo.

Após mesmo tempo, de engenheiros da Petrobrás destacaram que o presidente não teria qualquer "relação" com os drácos para punir seus "opositores", deveria acabar com o subsídio do álcool, da água e de fertilizantes, os principais fatores que contribuem para aumentar os prejuízos da empresa. São o Proálcool, por exemplo, causando um prejuízo de C\$

10,7 bilhões à estatal. A associação acredita que os ministros, afetados pelas declarações de Ozires Silva, devem ter contribuído para que esta fosse afastado da presidência da Petrobrás.

Além disso, defendem uma "reorientação" econômica por parte do governo, que optou pelo congelamento da URP mas não se preocupou em obrigar o setor público, principalmente da área elétrica, a rede ferroviária, o DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e os DERs - órgãos estaduais - a pagarem a dívida de quase C\$ 60 bilhões, que têm com a Petrobrás.

O sucessor. A associação dos engenheiros da estatal não fez, até agora, nenhuma objeção em torno da indicação de Armando Guedes para ocupar, interinamente, a presidência da Petrobrás, uma vez que ele, além de ser diretor de produção, faz parte do quadro funcional da empresa. Criticou apenas a forma como foi feita esta substituição e a repulsa.

Antônio Maciel reconheceu que a direção da empresa é um cargo político e que, por isso mesmo, deve ser ocupado por alguém de confiança da presidência da República. No entanto, defendem que é "desajustável" que o sucessor definitivo seja alguém "relacionado" à empresa, que entrou por concurso público, e não um brasileiro.

A Aepet elaborou um perfil do sucessor que seria "desajustável" para dirigir a estatal. A entidade acredita que apóiamos não ser imprescindível que o próximo

presidente da Petrobrás pertença ao núcleo da casa, seja tem "quadros excepcionais, tanto do ponto de vista técnico como gerencial" para assumir o cargo.

A associação destacou também que é necessário que a pessoa escolhida seja um dirigente aberto ao diálogo com os funcionários da Petrobrás, e que se proponha, na presidência de um órgão público, a ter uma administração transparente, de acordo com a posição social, econômica e política que a empresa tem no cenário nacional. Ricardo Maranhão, da diretoria da Aepet, lembrou que o Banco do Brasil indicou um funcionário no seu conselho consultivo. Uma medida que vale de encontro à decisão da Constituinte, que defende não só a participação dos funcionários nos lucros, como também a gestão das empresas públicas. Uma medida que poderá ser efetivada através de lei complementar ou de acordo coletivo.

Um outro aspecto levantado pelos engenheiros da Petrobrás, é o fato de que o maior problema não é o índice de defesa dos interesses não só dos funcionários públicos "como da sociedade", a manutenção do monopólio estatal, o fim do contrato de risco, dos subsídios, maior desenvolvimento tecnológico e investimentos em pesquisas, principalmente na de prospecção de petróleo em águas profundas. Essas "exigências", no entanto, é vista pela associação como muito difícil de ser atendida, pois contraria interesses do governo. "É utópica", disse um dos dirigentes.



Administração da entidade

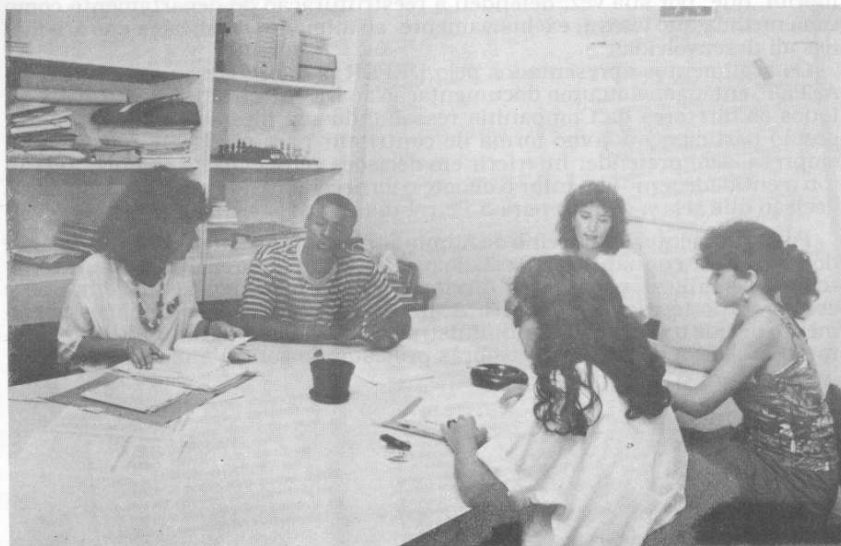
O crescimento do número de associados da AEPET, chegando a ultrapassar a marca dos cinco mil, permitiu à diretoria da entidade expandir sua sede que, hoje, abrange duas salas no décimo oitavo andar do edifício Christian Barnard, na rua Senador Dantas, número 75, no Rio de Janeiro. Atualmente a entidade conta com cinco funcionários: duas secretárias, que cuidam do atendimento e cadastro dos associados, além de executarem serviços gerais de escritório; uma gerente, que planeja, organiza e controla as atividades as áreas administrativas e financeira; um auxiliar de serviços externos e uma assessora de imprensa, responsável pela publicação dos boletins da entidade e dos contatos com a imprensa.

Se cresceu o número de associados da AEPET, aumentou também o ritmo de trabalho da entidade. Para agilizar as tarefas executadas pela AEPET e viabilizar a comunicação da entidade com seus associados e com o público externo foram adquiridos um microcomputador e uma máquina de telex, que já estão operando. Além disso foram substituídos os móveis (mesas, cadeiras, estantes) por modelos novos. Foi organizada uma biblioteca de fitas de video-cassete dos principais eventos da AEPET, que estão à disposição para empréstimo aos associados.

Hoje a sede da AEPET está equipada para atender os seus sócios atuais e futuros. Tornar-se sócio da entidade é simples e fácil. Basta apenas preencher uma proposta (como a que você encontra anexa neste livro) e contribuir com a mensalidade correspondente a 0,6% do salário base do engenheiro estagiário. Em dezembro de 1989 esse valor correspondia a 9.24 BTNs. Depois você só tem que participar, discutir, propor e lutar junto com a entidade em defesa da Petrobrás e de seu corpo técnico.



Hoje a AEPET opera com computador e dispõe de instalações modernas.



Funcionários da AEPET trabalham na sala de reuniões



Caso GEPEM

"AEPET quer transparência na reestruturação do GEPEM". Com esta manchete o BOLETIM DA AEPET publicou uma ampla matéria discutindo a proposta de reestruturação do DEPER, que previa a extinção do GEPEM (Grupo Executivo de Perfuração Marítima). Na falta do debate sobre o assunto com o corpo técnico, a proposta tem sido interpretada como uma tentativa de ampliação da participação das empresas prestadoras de serviços de perfuração. Além disso questiona-se se não haveria perda de tecnologia por parte do departamento.

Em busca da devida transparência que este assunto merecia, a diretoria da AEPET procurou o superintendente do DEPER, Gilvan Couceiro d'Amorim, que, por sua vez, defendeu a reestruturação do departamento como uma medida que visava, exclusivamente, ao aumento da eficácia das atividades ali desenvolvidas.

Os argumentos apresentados pelo DEPER não foram tranquilizadores. A AEPET, então, enviou uma documentação ao DEPER, GAPRE e SERPLAN e a todos os diretores da Companhia ressaltando seu interesse em fomentar a gestão participativa como forma de contribuir para o engrandecimento da empresa, sem pretender interferir em decisões gerenciais. O objetivo, ressaltou a entidade, era "fomentar o debate e fornecer subsídios para a tomada de decisão que seja a melhor para a Petrobrás".

Posteriormente, o Conselho de Administração retornou o assunto à análise do SERPLAN, enquanto o GT criado pela AEPET para discutir o assunto voltou a se manifestar junto aos diretores e superintendentes da Petrobrás e com o corpo técnico do DEPER. A diretoria da AEPET, ao tomar conhecimento de que o Conselho de Administração decidiu extinguir o GEPEM encaminhou telex à direção da Petrobrás protestando contra a medida.



A luta contra o clientelismo político

Em toda sua história, construída com o esforço de milhares de trabalhadores, a Petrobrás jamais havia registrado um escândalo nas dimensões atingidas pelo caso BR, envolvendo o general Albérico Barroso Alves, então diretor industrial da empresa e seus protegidos Geraldo Nóbrega e Geraldo Magela. A Petrobrás terminou o ano de 1988 nas páginas policiais por um crime que não foi cometido por seus empregados, mas por indivíduos que se infiltraram na Companhia, sem prestar concurso público ou sequer submeterem a exame suas fichas de antecedentes.

Privilegiados pela influência política do general Albérico Barroso Alves, compadre e amigo do presidente José Sarney, Geraldo Nóbrega e Geraldo Magela foram os protagonistas do episódio mais deplorável dos 35 anos da Petrobrás. Acusados de práticas de extorsão contra banqueiros, os envolvidos no caso BR responderam com ironia, desrespeito e ameaças aos trabalhadores da Petrobrás que exigiam punição para os culpados.

Nesta luta pela investigação das denúncias e pela punição dos responsáveis, a AEPET usou de todas as suas forças: acionou contatos políticos, alimentou a imprensa com o máximo de informações para que o assunto não caísse no esquecimento, solicitou a interferência do ex-ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, e chegou a procurar a Polícia Federal para solicitar agilidade na conclusão do inquérito que apurava o caso BR.

Apesar das evidências de que haviam sido praticadas irregularidades na Petrobrás Distribuidora, o general Albérico Barroso Alves, que na época respondia pela presidência da subsidiária, reagiu com agressividade e arrogância diante das denúncias. Em depoimento prestado no Congresso Nacional, o general fez referência "à prática de propinas dentro da Petrobrás" sem apresentar provas ou quaisquer fatos que pudessem fundamentar uma acusação tão grave.

Ao tomar conhecimento do depoimento do general pela imprensa, a AEPET anunciou que moveria crime contra Albérico Barroso Alves, que imediatamente enviou carta à entidade desmentindo tal acusação e assegurando que em nenhum momento pretendeu ofender aos trabalhadores da Petrobrás.

Foi um período de muita tensão e indignação. A AEPET exigiu da direção da Petrobrás o imediato afastamento dos envolvidos no caso BR e manifestou-se radicalmente contrária à intenção do ex-presidente Armando Guedes

de publicar uma nota na imprensa isentando o diretor Albérico Barroso Alves de responsabilidade no escândalo financeiro da BR. Em reunião com Armando Guedes, os diretores da AEPET rebateram o argumento de que era importante retirar o nome da Petrobrás do noticiário policial, minimizando o caso BR. A posição da entidade era de que a preservação da imagem da Companhia seria conseguida com a exigência de rigor nas investigações e punição exemplar dos envolvidos.

Sarney nomeia Barroso Alves para a diretoria industrial da Petrobrás

por Jorge Freitas do Rio

O presidente José Sarney assinou, na quinta-feira, a nomeação do general Albérico Barroso Alves para a diretoria da Petrobrás. A divulgação foi feita no Diário Oficial da União, em sua edição de sexta-feira.

O novo diretor da Petrobrás, responsável pelas áreas industrial e de refino, general Albérico Alves Barroso, sergipano, de 57 anos, "foi um importante articulador do movimento de 1964", segundo relatou, na sexta-feira à noite, a este jornal, o senador Alvaro Pacheco. Comandou, no forte do Leme, o centro de estudos e pesquisas do Exército, considerado a escola de pós-graduação do Exército brasileiro.

Na noite de sexta-feira, Barroso estava em Brasília e, por telefone, informou à editora Fátima Belchior, deste jornal, que soubera da sua indicação para o novo cargo por intermédio de amigos. "Não tenho nada a declarar agora", disse ele.

Segundo Pacheco, Barroso é amigo pessoal do presidente José Sarney. Seu relacionamento com a ciência, também de acordo com o senador, que faz parte do seu círculo de amiza-

des, "é muito forte". Enquanto coronel, foi o principal executivo da Indústria de Material Bélico (Imbel), tendo participado de criação e instalação desta empresa, fabricante de armamentos.

Durante o movimento de 1964, contou Pacheco, o general Barroso era ajudante de ordens do general Orlando Geisel, e fazia a ligação de seu então chefe com o irmão, Ernesto Geisel, posteriormente presidente da Petrobrás e da República.

Barroso, durante o período de enfermidade do presidente Tancredo Neves, foi assessor e chefe de gabinete do então vice-presidente José Sarney. O cargo foi extinto posteriormente.

O general Barroso reside na vila militar, no Rio, mas desloca-se nos finais de semana para Brasília, onde vive a família, que permaneceu na capital, em razão de suas ligações com a cidade.

Barroso passa a ocupar a diretoria acumulada pelo principal executivo da empresa, Armando Guedes Coelho, nos cargos desde a demissão do presidente da empresa, Ozires Silva Guedes Coelho, foi confirmado na presidência da Petrobrás.

A opinião dos engenheiros

por Fátima Belchior do Rio

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), entidade com 4 mil sócios, considerou "lamentável" a indicação do general Albérico Alves Barroso para a diretoria industrial da estatal de petróleo, segundo transmitiu à imprensa seu presidente, Antônio Maciel Neto.

Esta posição da Aepet, segundo Maciel Neto, não se deve ao fato de Barroso ser general — ele mesmo é comandante de artilharia divisionária da 1ª Divisão do Exército — mas sim à necessidade atual de um técnico para a diretoria industrial. O argumento é de que o cargo a ser ocu-

pado por Barroso responde pelas áreas de refino e de perfuração, que atravessam fase de intensa atividade, voltada para o aumento da produtividade, produção de novas tecnologias, e melhoria de qualidade.

"Neste momento, mais do que nunca, a Petrobrás precisa de um técnico para a área industrial", comentou Maciel Neto, destacando, também, as dificuldades financeiras da estatal.

O boletim da Aepet de julho último reproduz texto do telegrama encaminhado pela entidade ao presidente José Sarney, reivindicando a indicação de um representante do corpo técnico da Petrobrás para ocupar a diretoria industrial.

O DIA - 28/02/89

Foto Renato Velasco



Pessoal da Petrobrás exige saída de General

O afastamento imediato do General Albérico Barroso Alves dos cargos de presidente da Petrofértil e diretor da Petrobrás foi exigido ontem, na Polícia Federal, pelo Sindicato dos Petroleiros e a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet). O presidente da Aepet, Antônio Maciel Neto (dir.), prestou solidariedade ao delegado Renato Torrano (esq.), que apura o escândalo da BR (Página 5)

JORNAL DO BRASIL - 30/07/88

Petrobrás

A Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobrás) considerou lamentável a indicação do general Albérico Barroso Alves para ocupar a diretoria industrial da empresa, no lugar de Armando Guedes Coelho, guindado à presidência. Os engenheiros da Petrobrás argumentam que não são contra a escolha de um general para a função, mas preferiam ver no lugar um técnico da própria empresa.

AEPET exige que diretor esclareça denúncia de propina

BOLETIM EXTRA - dezembro 88

A AEPET está disposta a entrar na Justiça com uma queixa crime contra o Diretor Albérico Barroso Alves em função de sua declaração a respeito da prática usual de propinas dentro da Petrobrás perante a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados nesta semana. O general Barroso disse aos parlamentares que "dar propina na Petrobrás é normal". A declaração, segundo o presidente da AEPET, Antonio

Maciel Neto, caracteriza-se como calúnia e injúria contra os empregados da Companhia.

Maciel desafiou o general Barroso a apresentar provas de corrupção na Petrobrás, advertindo aos jornalistas que a AEPET se posicionará sempre pela apuração de qualquer denúncia e pela punição dos envolvidos. "Estamos exigindo que o general diga onde e de que forma são negociadas propinas dentro da Petrobrás, pois caso

contrário vamos acioná-lo na Justiça".

No entender do presidente da AEPET o Governo deveria valer-se do seu discurso de que é preciso defender a imagem da Petrobrás e que, durante a última greve foi repetido com o objetivo de justificar punições e demissões para, agora, demitir o general Barroso e seus auxiliares em nome da mesma necessidade de preservar a integridade da maior empresa do País.



DIR- 10.267/88

Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 1988.

Ilmº Sr.

Engº ANTONIO MACIEL NETO
Presidente da AEPET-ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

Rua Senador Dantas, 75 - Sala 1801

N e s t a

Prezaço Senhor,

Peço-lhe que receba e transmita aos Membros dessa prestigiosa Associação meu desmentido à notícia que me foi atribuída, falsamente, segundo a qual eu teria declarado que "dar propinas, na PETROBRÁS, é normal".

Não fiz tal declaração, nem qualquer outra que pudesse significar intencional ofensa aos que trabalham na PETROBRÁS.

Atenciosamente,
Albérico Barroso Alves
Albérico Barroso Alves
Diretor

A atuação da AEPET no caso BR

15 dezembro 1988 — A AEPET reúne-se com o então presidente da Petrobrás, Armando Guedes, para manifestar a preocupação da entidade com o caso BR.

9 janeiro 1989 — A AEPET encaminha carta a Armando Guedes exigindo apuração rigorosa do escândalo na Petrobrás Distribuidora.

17 janeiro 1989 — "É encaminhada carta ao Superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, defendendo também rigor na apuração do caso e punição exemplar dos envolvidos.

27 fevereiro 1989 — Uma comitiva formada por representantes da AEPET e do Sindipetro-RJ vai à Polícia Federal defender a conclusão do inquérito policial do caso BR. O fato tem grande repercussão na imprensa. A comitiva é recebida pelo delegado Renato Torrano e pelo Procurador da Justiça Federal, Alcir Molina.

2 março 1989 — A AEPET envia telex ao ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa.

9 março 1989 — A AEPET encaminha telex ao Governador Moreira Franco, ao Secretário da Polícia Civil, Hélio Saboya e ao Delegado Titular da Delegacia de Defraudações, Paulo Emílio. No mesmo dia recebe resposta de Hélio Saboya.

13 março 1989 — Representantes da AEPET vão ao Juiz da 4ª Vara Federal, Ariosto Rocha.

27 março 1989 — A AEPET solicita ao ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, na Associação Brasileira de Imprensa, que este cobre da Polícia Federal rigor e agilidade nas investigações.

O clientelismo político é um adversário que ataca em todas as frentes de batalha, seja dentro ou fora da Petrobrás. Durante a administração de Hélio Beltrão a AEPET denunciou as manobras arquitetadas pelo senador Nelson Carneiro, do PMDB, e pelo empresário Sérgio Quintela, do PFL, para destituir o cargo de presidente da Petrobrás pelo fato de ele não atender às reivindicações dos políticos.

A AEPET defendeu, também, os interesses do corpo técnico da Petrobrás no período de encerramento do mandato do então Diretor da Companhia, Joel Mendes Rennó, responsável pelo Departamento de Produção (DEPRO) e pelo Serviço de Engenharia (SEGEN). Insatisfeito com a administração de Rennó, o corpo técnico desejava que o novo mandato fosse exercido por alguém comprometido com o monopólio estatal do petróleo e preocupado com o desenvolvimento da tecnologia nacional na área de produção de petróleo. Defendendo esta tese, a AEPET entregou uma carta nas mãos do ex-ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, propondo a substituição de Rennó ao final de sua gestão, combatendo a proposta de recondução do Diretor da Companhia.

Após haver traçado um perfil de como deveria ser o novo diretor da Companhia, a AEPET foi surpreendida com a nomeação do engenheiro Edilson de Melo Távora para ocupar o cargo e manifestou sua insatisfação com a indicação do Presidente Sarney, que à época, iniciava a prática do "compadrismo na Petrobrás".

Swann

Fred Suter



Protesto à vista

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás já tem pronto o protesto que formalizará no início da semana contra a indicação do nome do General-de-Brigada Alberico Barroso para a Diretoria Industrial da empresa.

A entidade queria ver no posto um dos outros dois indicados, ambos funcionários da casa.

Mas o General tem como padrinhos uma trinca de peso — o Senador Alvaro Pacheco, o Secretário particular do Presidente da República, Jorge Murad, e o Consultor Geral da República, Saulo Ramos.



Heitor Pereira coordena o GT de Pessoal

Política de pessoal

Crítérios de Avaliação e Carreira Técnica. Estes são os dois assuntos que despertam maior interesse no Corpo Técnico da Petrobrás, conforme revelou uma pesquisa realizada pela AEPET junto aos seus cinco mil associados. O objetivo da pesquisa era identificar as principais reivindicações dos sócios da entidade e encaminhá-las aos Sindicatos dos Petroleiros para que fizessem parte das negociações do dissídio coletivo de 1989.

O resultado desta pesquisa não surpreendeu a AEPET. A entidade já vem desenvolvendo um intenso trabalho junto ao SERIND e ao SEDES pela definição de critérios de avaliação de desempenho e pela elaboração de uma carreira técnica para os empregados da Petrobrás. O GT de Pessoal da AEPET encaminhou diversos documentos àqueles dois órgãos alertando sobre o interesse do corpo técnico nestas questões. A título de colaboração, o GT de Pessoal elaborou, em 1988, uma proposta sobre critérios de avaliação e a enviou aos associados da AEPET e à direção da Petrobrás.

A diretoria cultural da AEPET promoveu palestras sobre estes dois temas, ouvindo as experiências da Rhodia, IBM e Xerox, entre outras empresas.

Na última reunião do Conselho Deliberativo, em fins de outubro, o novo superintendente do SEDES, Antonio Carlos Teixeira de Carvalho, esteve presente, à convite da AEPET, para debater o assunto. Ele assumiu o compromisso de dar prioridade às reivindicações da entidade, tão logo seja executado o projeto de reestruturação do SEDES e do SERIND, em curso.

A AEPET participou das discussões que levaram à fixação de percentuais de profissionais nas categorias III e IV, além de ter lutado pela ampliação do número de vagas, quando das promoções, tendo conseguido o retorno aos percentuais praticados antes da "era Ueki".

Além disso, por decisão do Conselho Deliberativo, o núcleo da AEPET na Bahia acaba de entrar na Justiça reivindicando a isonomia no pagamento do adicional regional. Esta decisão foi tomada após a AEPET considerar cumpridas todas as etapas para sensibilizar a Petrobrás a atender a uma justa reivindicação feita, pelo menos há três anos, pelos empregados lotados no Nordeste.

A AEPET tem dado ênfase às questões de política de pessoal específicas do corpo técnico da Petrobrás, sem interferir na área de atuação dos sindicatos. Aliás, a entidade tem intensificado a campanha de filiação de seus sócios nos Sindicatos dos Petroleiros e STIEPs, os legítimos representantes das reivindicações trabalhistas da categoria. Nos últimos três anos, o percentual de associados da AEPET que ingressou nos sindicatos saltou de 4% para 30%.

Desde os primeiros Congressos Estadual e Nacional dos Petroleiros, em 1987, a AEPET esteve presente nos encontros maiores dos petroleiros, através de seus representantes que lá compareceram na condição de petroleiros sindicalizados. O atual presidente da entidade, Antonio Maciel Neto, foi o relator do I Congresso e o ex-vice-presidente, Angelo dos Santos, participou da Comissão de Salários. Nos dois congressos seguintes, em 1988 e em 1989, representantes da AEPET também participaram das comissões e dos debates em plenário.



BOLETIM DA

acpet

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

JULHO/88

EXTRA

PROPOSTAS PARA PAUTA NACIONAL DOS PETROLEIROS

A relação dos itens reivindicados pela AEPET não obedece a uma ordem de prioridade. Esta somente será estabelecida após consulta aos associados que pretendemos fazer em breve. Também não definimos índice para a recomposição salarial previsto pelo próprio Decreto que criou a URP, entendendo que o mesmo será estabelecido no CONGRESSO NACIONAL DOS PETROLEIROS

- 1) Reintegração imediata dos demitidos em função da greve de maio/88.
- 2) Manter a indexação mensal da correção dos salários de acordo com índices de inflação oficiais.
- 3) Negociação PETROBRÁS x SINDICATOS, a cada três meses, tendo como pauta a recomposição salarial sem prejuízo do item anterior.
- 4) Incluir na recomposição dos salários os 26% de inflação não contabilizados no Plano Bresser.
- 5) Criação de uma Comissão EMPRESA/SINDICATO para estudar:

- a) critérios de avaliação e promoção
- b) carreira técnica que deve manter paralelismo e coerência com a carreira gerencial.

6) Distância inter-níveis mínima de 5% em toda escala salarial da Empresa.

7) Retorno de todos os adicionais existentes antes do Decreto Lei 2065 (adicional regional, auxílio-residência, auxílio-transferência, auxílio-moradia etc).

8) Estender aos novos empregados todas as vantagens e conquistas da categoria.

9) Reconhecimento do direito de recebimento de hora extra para os profissionais isentos de ponto, quando convocados ao trabalho pela Empresa, fora do horário normal de expediente. A remuneração deve ser na forma de pagamento ou em folga, a critério do empregado.

10) Periculosidade incidente sobre o salário total (básico + anuênio).

11) Indicação de um empregado, através de votação coordenada pelos SINDICATOS, para o Conselho de Administração da Companhia. A vaga seria uma das reservadas às pessoas jurídicas de direito público (Lei 2004 art. 9º, parágrafo 1º, item C).

12) Realizar os trabalhos da Comissão de Efetivo Mínimo, estendendo sua atuação a todas as áreas da Empresa. Estabelecimento de prazos para apresentação das conclusões.

O processo de elaboração da pauta de reivindicação da AEPET para o dissídio coletivo de setembro compreendeu duas reuniões bastante produtivas. No último dia 5 de julho 82 sócios reuniram-se no Sindicato dos Engenheiros, no Rio de Janeiro, para traçar os itens básicos que foram analisados e ampliados no dia 9 de julho na reunião do Conselho de Representantes (veja foto na pág. 5) no Clube de Engenharia. O resultado está sendo encaminhado ao SINDIPETRO/MG, encarregado de consolidar as pautas de todos os SINDICATOS e apresentar um texto final ao CONGRESSO NACIONAL DOS PETROLEIROS, marcado para os dias 15, 16 e 17 de julho em Brasília.

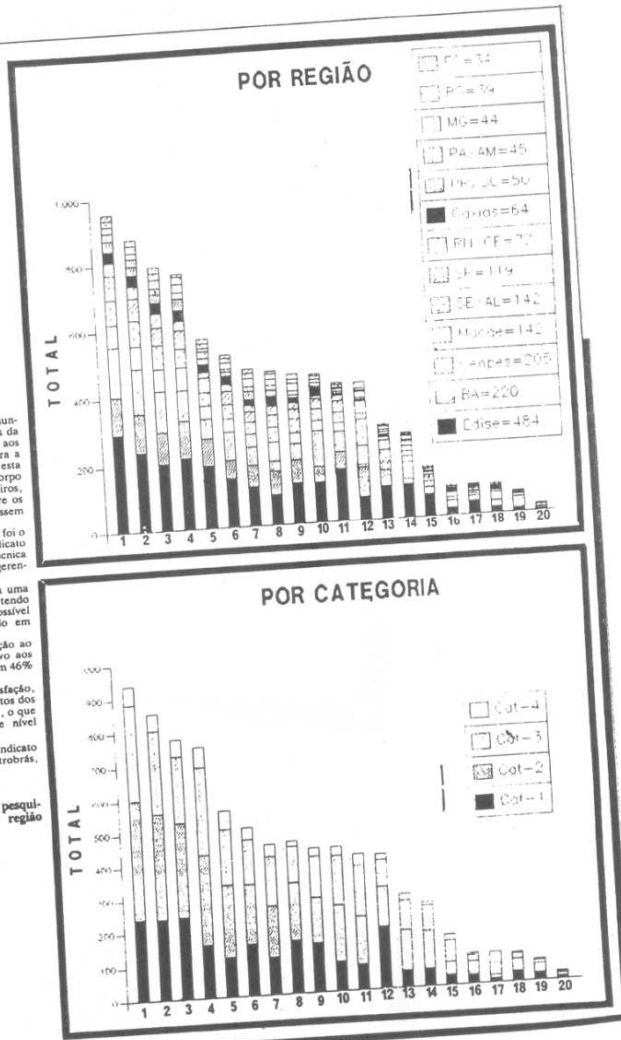
13) Fim da contratação de empreiteiras para a execução de serviços específicos da indústria de petróleo que sempre foram realizados pelos petroleiros, mantendo os trabalhos da Comissão PETROBRÁS/SINDICATOS que está estudando o assunto **Empreiteiras**, estabelecendo-se prazo para a conclusão dos trabalhos.

Política de Pessoal é principal reivindicação do Corpo Técnico

Crerios de Avaliação e Carreira Técnica. Estes dois assuntos são os que despertam maior interesse entre os associados da AEPET, conforme demonstrou pesquisa realizada junto a nossos 4.500 sócios sobre as reivindicações da entidade para a campanha salarial de 1989. A intenção da AEPET com esta pesquisa foi conhecer as principais reivindicações do Corpo Técnico da empresa e encaminhá-las ao Sindicato dos Petroleiros, Técnico da empresa e encaminhá-las ao atual superintendente do SERIND, Francisco Gomes Ramalho, tendente do SERIND, AEPET apresentando as medidas tomadas para solucionar o problema abordado pela entidade.

A resposta do SERIND é uma vitória da AEPET que há muito tempo vem reivindicando critérios mais justos para ascensão profissional na Companhia. Reproduzimos, aqui, as duas correspondências.

Acompanhe as reivindicações que constaram da pesquisa e os resultados global, por categoria e por região apurados.



BOLETIM DA AEPET - agosto 89

SERIND acata pleito da AEPET

Em março deste ano a AEPET enviou ao então chefe do SERIND, Flávio Chaves, uma carta manifestando a preocupação da entidade com as dificuldades para a ascensão profissional dos engenheiros na Petrobrás. No dia 20 de julho último o atual superintendente do SERIND, Francisco Gomes Ramalho, encaminhou ofício à AEPET apresentando as medidas

das tomadas para solucionar o problema abordado pela entidade. A resposta do SERIND é uma vitória da AEPET que há muito tempo vem reivindicando critérios mais justos para ascensão profissional na Companhia. Reproduzimos, aqui, as duas correspondências.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1989.

Ao
Chefe do SERIND/PETROBRÁS
Sr. Flávio Chaves

Ref.: Promoção à Categoria II

Prezado Senhor

Com o objetivo de cessar os efeitos prejudiciais à ascensão profissional dos engenheiros da Petrobrás solicitamos ao SERIND que autorize, à semelhança do que já foi feito anteriormente pelo extinto SEPES (SEPES CL-010/87 de 12/01/87) que, a partir de agosto deste ano, concorram à Categoria II os empregados que satisfaçam as seguintes exigências:

- 1) tempo mínimo de Companhia: seis anos e meio
- 2) avaliação nos últimos dois anos: médio ou superior
- 3) tempo mínimo no último nível da categoria I: seis meses.

De acordo com o plano de cargos e salários vigente na Companhia um empregado que ingresse no cargo de engenheiro estagiário e obtenha avaliação média ou superior durante sua vida profissional deve estar apto para concorrer à Categoria II após seis anos e meio da data de sua admissão.

No entanto, face às diversas mudanças neste plano de cargos e salários nos últimos anos temos lotados, principalmente no DEPRO, DEPER e CENPES, muitos engenheiros que, embora tendo sido admitidos como engenheiros estagiários em fevereiro de 1983 e obtido avaliação média ou superior durante suas vidas em profissionais não estarão aptos para concorrer à Categoria II em agosto de 1989. Isto se a atual exigência de interstício mínimo de um ano e meio no último nível da categoria for mantida, já que estes engenheiros apenas galgaram este nível a partir de 1º de fevereiro de 1989.

Por estes motivos apresentados solicitamos sua colaboração e compreensão.

Atenciosamente,
ANTONIO DOS SANTOS MACIEL NETO
Presidente

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1989

Ilmo. Sr.
Antonio dos Santos Maciel Neto
Presidente da Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS — AEPET
Rua Senador Dantas, 75 — salas 1801 e 1802
RIO DE JANEIRO — RJ

Ref: AEPET-50/89, de 16.03.89

Em atenção ao Ofício em referência, informamos que o SERIND efetuou estudo sobre o comportamento da progressão salarial dos empregados posicionados na Categoria I da Linha de Engenharia, com o objetivo de identificar possíveis desequilíbrios decorrentes das sucessivas alterações nas estruturas salariais da Companhia e caso confirmada a existência dos mesmos, propor uniformização de critérios para promoção à Categoria II.

2. Nesse estudo ficou evidenciado que, em decorrência de mudanças nas estruturas salariais que a Companhia foi levada a retilizar e, bem assim, de injunções de mercado, houve uma progressão salarial mais lenta para o contingente de profissionais admitidos entre 1983 e 1986.

3. Diante do exposto, o SERIND está estabelecendo critério excepcional para reduzir o tempo de habilitação à Categoria II dos profissionais admitidos no período mencionado, proporcionando igualdade de tratamento com os demais profissionais, critério que já estará em aplicação a partir da próxima promoção à Categoria II, em agosto de 1989.

Atenciosamente,
Francisco Gomes Ramalho
Superintendente do Serviço de Relações Industriais

AEPET esclarece opinião pública sobre a greve de nov/88

Em defesa da Petrobrás
Só o Governo pode evitar a crise no abastecimento. A intransigência do Governo Federal, não permitindo que a direção da Petrobrás negocie com os petroleiros, caracteriza-se como uma ação arquitetada contra o interesse nacional. Tenta-se jogar a opinião pública contra os trabalhadores que construíram a maior empresa do País. Mais do que isso, tenta-se um golpe contra a Petrobrás, em busca dos pretextos que permitam desmembrá-la e destruí-la.

Os petroleiros evitaram, com serenidade, a confrontação em todas as etapas do acordo coletivo-88.

No entanto, a discriminação imposta através da concessão de um reajuste salarial muito inferior ao oferecido às demais categorias com a mesma data base, trouxe perplexidade e claras evidências de provocação.

Todos sabemos que a Petrobrás em nada contribui para o déficit público. Muito pelo contrário, em 1987, recolheu 3 bilhões de dólares aos cofres públicos em impostos, sem ter recebido, como nunca recebeu, um cruzado sequer do Tesouro Nacional.

É por tudo isso que denunciamos à Nação brasileira a preparação de um golpe contra a Petrobrás.

Ao governo cabe autorizar a direção da Petrobrás a negociar com seus empregados, sob pena de ter que assumir perante a sociedade todas as consequências advindas da intransigência ora praticada.

Associação Brasileira de Imprensa (ABI)
Federação Nacional dos Engenheiros (FNE)
Clube de Engenharia-RJ
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-RJ)
Conselho Regional de Química (CRQ-RJ)
Conselho Regional de Economistas-RJ
Sociedade Brasileira de Geologia (SBG)
Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Sindicato dos Engenheiros RJ/PR
Diretoria da COPPE (UFRJ)
Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES)
Associação dos Docentes da UFRJ
Associação Profissional dos Geólogos RJ/BA
Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET)
Sindicato dos Petroleiros (17 no país)
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Seção RJ
Federação Nacional dos Médicos
Conselho Federal de Medicina
Sindicato dos Químicos
Conselho Regional de Medicina-RJ
Sindicato dos Médicos

Texto publicado na grande Imprensa

AEPET reage à repressão



boletim da

aepet

Associação dos
Engenheiros
da PetrobrásANO V - Nº 43
MARÇO / 87

A POSIÇÃO DA AEPET FRENTE AOS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS !!!

1-SOMOS A FAVOR DA DEMOCRACIA POR PRINCÍPIO. ENTENDEMOS QUE A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE MOCRÁTICO NÃO ADMITE A COLOCAÇÃO DE TANQUES DE GUERRA, MORTEIROS, METRALHADORAS ANTI-ATAQUE AÉREO E BAZUCAS DENTRO DAS REFINARIAS E CAMPOS DE PETRÓLEO. PARA REPRIMIR O INÍCIO DA MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES. ISSO DEMONSTRA APENAS A INSTABILIDADE DAS NOSSAS INSTITUIÇÕES E QUANTO AINDA ESTAMOS LONGE DO ESTADO DE DIREITO TÃO FALADO NOS DISCURSOS.

2-HÁ UMA CONFUSÃO GENERALIZADA A RESPEITO DO ÚLTIMO AUMENTO SALARIAL. NA VERDADE, A COMPANHIA CONCEDEU UM AUMENTO MAIOR PARA A LINHA DE ENGENHARIA, E OUTROS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR, APÓS UM ESTUDO DE MERCADO QUE CONFIRMOU O QUE A AEPET VINHA COLOCANDO HÁ MUITO TEMPO QUANTO A DEFASAGEM SALARIAL EM RELAÇÃO AO MERCADO. A EVAÇÃO DE TÉCNICOS DA PETROBRÁS, BEM COMO A BRUSCA QUEDA NA PROCURA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE ENGENHEIROS SÃO AS PRINCIPAIS EVIDÊNCIAS DO PROBLEMA SALARIAL QUE VINHA OCORRENDO. O AUMENTO FOI NECESSÁRIO E É INQUESTIONÁVEL. A COMPANHIA DECIDIU E CONCRETIZOU O AUMENTO SEM DISCUSSÃO COM OS SINDICATOS CONTRIBUINDO PARA A GERAÇÃO DA DESINFORMAÇÃO E CONFUSÃO HOJE OBSERVADAS. CONFIRA NO VERSO OS NÚMEROS VERDADEIROS, RESULTADO DE UM ESTUDO COMPLETO DESENVOLVIDO PELA AEPET. VALE LEMBRAR QUE OS EMPREGADOS DAS ÚLTIMAS FAIXAS DO NÍVEL MÉDIO AINDA ESTÃO COM CERCA DE 20% DE PERDA DE PODER AQUISITIVO EM RELAÇÃO A 1979, ENQUANTO QUE OS EMPREGADOS DAS FAIXAS INICIAIS JÁ ULTRAPASSARAM EM APROXIMADAMENTE 9% OS VALORES DE 79. FENÔMENO SEMELHANTE OCORRE NA LINHA DE ENGENHARIA: APROXIMADAMENTE 30% DE PERDA PARA AS FAIXAS DO FINAL DA CARREIRA, E GANHO DE 11% NAS PRIMEIRAS FAIXAS (ANÁLISES QUE NÃO INCLUEM O MÊS DE MARÇO).

OS NÚMEROS DESTACADOS NO VERSO FORAM APRESENTADOS PREVIAMENTE AOS DIRIGENTES SINDICAIS PARA QUE PUDESSEM SER UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA QUE SERÁ LEVADA PARA A MESA DE NEGOCIAÇÃO. FICOU CLARO QUE ESTAMOS TRATANDO DE DUAS COISAS DIFERENTES, UMA É A REPOSIÇÃO DO PODER AQUISITIVO EM RELAÇÃO A SETEMBRO DE 86 PELO ÍNDICE DO DIEESE, QUE NATURALMENTE TEM QUE SER IGUAL PARA TODOS, NÃO PERMITINDO DESSA FORMA QUALQUER PERDA SALARIAL PARA OS EMPREGADOS. OUTRA COISA É A REPOSIÇÃO AOS NÍVEIS SALARIAIS DE 1979, TRADICIONAL REIVINDICAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO, EM PARTICULAR DOS PETROLEIROS. UMA VEZ QUE O CHAMADO "EFEITO-CASCATA" EM NOVE OPORTUNIDADES PENALIZOU O SALÁRIO DOS NÍVEIS MAIS ALTOS (OCORRERAM NOVE AUMENTOS DISCRIMINADOS DESDE 1979), PARA SE RETORNAR AOS NÍVEIS DE 79 OS AUMENTOS DEVERÃO SER DIFERENCIADOS, RESTAURANDO O PODER AQUISITIVO DAQUELES QUE TIVERAM PERDAS MAIORES NO PERÍODO, COMO É O CASO INCLUSIVE DAS ÚLTIMAS FAIXAS DO NÍVEL MÉDIO. ENTENDEMOS QUE A REPOSIÇÃO/79 DEVE SER NEGOCIADA E SER OBJETO DE ANÁLISE QUANTO AS POSSÍVEIS DISTORÇÕES EXISTENTES À ÉPOCA.

3-O MOMENTO É DE UNIÃO. SOMOS TODOS PETROLEIROS. MAIS DO QUE NUNCA DEVEMOS UTILIZAR AS NOSSAS ENERGIAS PARA AMPLIAR AS CONQUISTAS E, PRINCIPALMENTE, PARTICIPAR DA CAMPANHA EM DEFESA DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO E CONTRA OS CONTRATOS DE RISCO.

AEPET na luta pelas promoções

As negociações de setembro

Muitos associados procuraram os diretores da AEPET buscando informações sobre a posição da entidade em relação às negociações de setembro realizadas entre os 16 Sindicatos de Petroleiros e a direção da PETROBRÁS, e por isso julgamos oportuno um esclarecimento geral.

A direção da AEPET apoiou as principais reivindicações colocadas pelos Sindicatos, entre elas: equiparação dos vencimentos, reposição salarial e correção das curvas, melhorias salariais para os aposentados, definição do novo plano de cargos e salários. Esse apoio está sustentado nos estatutos da entidade e no programa de trabalho consagrado nas eleições de novembro de 85.

Quanto as mobilizações, naturais nas campanhas salariais desenvolvidas no regime democrático, a direção da AEPET recomendou mais uma vez que cada um dos seus associados, de acordo com a sua consciência, participasse do movimento liderado pelos SINDIPETROS e STIEP's. O caráter nacional da Associação e a inexistência de um meio de comunicação rápido e preciso entre a direção e os associados da AEPET impede uma tomada de posição representativa. São 3500 técnicos espalhados entre Manaus e Porto Alegre que estão residindo nas bases de todos os 16 Sindicatos de Petroleiros.

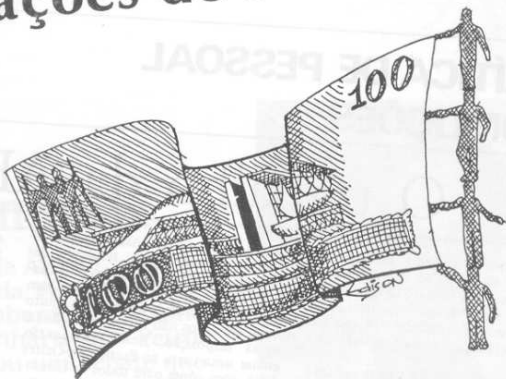
Por outro lado, é bom lembrar mais uma vez, a AEPET não tem caráter sindical. Os legítimos representantes de "todos" os empregados da Companhia, na mesa de negociação, são os SINDIPETROS e STIEP's.

PROMOÇÕES II para III e III para IV — AEPET DE NOVO NA LUTA

No dia 25 de setembro de 1987 a AEPET enviou uma carta ao Chefe do SERIND, Engenheiro Flávio de Magalhães Chaves, que solicita uma reunião para discutir o problema das promoções dos profissionais do nível II para III e IV. Eis a íntegra da carta.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1987. Ilmo. Sr. Flávio de Magalhães Chaves, Chefe do Serviço de Relações Industriais Av. Chile, 65 — 7º andar Rio de Janeiro — RJ Prezados Senhores,

A Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS — AEPET — que congrega no momento cerca de 3500 associados, dando prosseguimento ao seu programa de trabalho, entre outros itens, prevê a defesa do corpo técnico da Companhia e maior participação nos problemas relativos à política de pessoal. Assim, nos anos anteriores, a AEPET tem procurado contribuir nos processos de promoções



para as Categorias III e IV, participando de reuniões através de seu Grupo de Trabalho de Política de Pessoal com a Chefia do então SEPES sobre os problemas na área dos Profissionais da PETROBRÁS.

No ano passado, durante os processos de promoção e após os diversos entendimentos com o Dr. Heitor Chagas, chegou-se à seguinte situação em termos de vagas para aquelas promoções:

CATEGORIA III	CATEGORIA IV
CANDIDATOS	CANDIDATOS
1140	710
VAGAS	VAGAS
420	162.

Para o ano em curso a AEPET espera manter, agora o SERIND, o mesmo nível de relacionamento e participação e para tal, solicitamos dessa Chefia que seja marcada uma reunião específica para debater o assunto das promoções.

Em anexo, estamos encaminhando cópia de Decisão do Conselho de Administração onde foram fixados os percentuais das promoções para 1986 e 1987 em diante.

Confiamos que V.Sa. estabelecerá a máxima prioridade para o assunto e, assim, aguardamos a marcação da reunião solicitada.

Atenciosamente,
Antonio dos Santos Maciel Neto
Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás — AEPET
Anexo: Decisão do Conselho de Administração (Ata 835ª de 17.10.86)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Decisões
Ata 835ª, de 17.10.86

Item 2:
NORMAS Nºs 209-04 e 209-05, DE RELAÇÕES NO TRABALHO — Alteração: (SEPES-RES-235/86) — O Conselho de Administração RESOLVEU autorizar sejam alterados os subitens 4.1.4 da Norma nº 209-04 e 4.1.1 e 4.1.3 da Norma nº 209-05, ambas de Relações no Trabalho, cujos textos passarão a ter as seguintes redações:

Norma nº 209-04
4.1.4 — Esta promoção é condicionada à existência de vaga no quadro da Categoria III, cujo limite máximo é de 26,5%, para o ano de 1986, e de 28,5%, para 1987 em diante, do efetivo total dos Profissionais da Companhia, 70% dos quais destinados à Linha de Operação e Apoio Operacional e 30% à Linha Administrativa.

Norma nº 209-05
4.1.1 — Esta promoção será concedida anualmente, vigorando a partir de 1º de outubro.

4.1.3 — Esta promoção é condicionada à existência de vaga no quadro da Categoria IV, cujo limite máximo é de 6,5%, para 1986, e de 8,5%, para 1987 em diante, do efetivo total dos cargos profissionais de nível superior.

Boletim AEPET - outubro 87

POLÍTICA DE PESSOAL PROMOÇÕES

O trabalho da AEPET

Conforme divulgado no Boletim Extra nº 40 — out/86 — a AEPET vinha negociando com o SEPES os critérios para a definição do número de vagas que seriam colocadas à disposição para a promoção da categoria II para III.

Ocorreu que, devido à forte redução no número de promoções, observada nos anos de 83 e 84, e o fato das novas contratações terem sido praticamente eliminadas nos últimos anos, houve uma concentração muito grande de profissionais no último nível da categoria II.

Toda a nossa argumentação junto ao SEPES foi no sentido que seria necessário o estabelecimento de uma sistemática definitiva que solucionasse o problema. Afirmamos que a Companhia precisava encontrar um mecanismo que evitasse que todos os anos a AEPET tivesse que voltar ao SEPES para discutir a "percentagem" que seria adotada (como aconteceu em 85 e 86).

Depois de diversas reuniões, o SEPES apresentou a seguinte proposta para 1986: a) 30% de candidatos deviam ser promovidos de II para III e b) 20% dos candidatos de III para IV. O SEPES considerava a proposta um bom avanço já que as percentagens dos anos anteriores de II para III tinham sido: 25,9, 24,5, 12,8, 19,8 e 24,2, e de III para IV: 20,6, 12,3 e 10,3, e que no ano de 86 não estava previsto promoção de III para IV, que somente é realizada de dois em dois anos.

Ao recebermos a proposta solicitamos novamente ao SEPES, agora por escrito, os dados necessários para simularmos o que ocorreria nos próximos

anos — número de possíveis candidatos, anos concorrendo, resultado das últimas avaliações, etc. Embora os contatos com o pessoal do SEPES tenham sempre transcorrido num clima muito bom, os dados não foram colocados à nossa disposição. Resolvemos então enviar uma carta ao Presidente Ozires Silva, com cópia para todos os Diretores, Superintendentes de Departamentos e do CENPES, e Chefes de Serviços, informando que a solução apresentada pelo SEPES não atendia a diretriz fundamental — resolver o problema definitivamente. Lembramos que os nossos números não eram absolutamente precisos, mas que certamente refletiam algo muito próximo da realidade. De imediato verificávamos que aplicando-se o percentual de trinta por cento, o número de candidatos "não promovidos" continuaria crescendo com a seguinte tendência: 86-780, 87-873, 88-915, 89-1002 e 90-1133.

Escrevemos na carta ao Presidente, que a promoção, para o técnico da PETROBRÁS, é muito mais que um simples aumento salarial; é também um reconhecimento da Companhia pelo esforço e dedicação de cada um, é a continuidade, o progresso na carreira. Lembramos que estávamos tratando do assunto exatamente no momento em que a PETROBRÁS apresentava excelentes resultados em todas as áreas, demonstrando o acerto da decisão de 03/10/53 quando foi sancionada a Lei 2.004, e quando o corpo técnico da Companhia é reconhecido pelos brasileiros — mais do que nunca — como sinônimo de competência, seriedade e dedicação.

Finalmente, houve uma reunião entre o Chefe do SEPES e o Presidente

da AEPET, com a participação do Chefe da Divisão de Seleção e Acompanhamento de Pessoal — DISEA, e do Engº Sérgio Rocha, do Grupo de Estudos de Política de Pessoal da AEPET. Nesta reunião o SEPES apresentou uma proposta considerada aceitável:

- a) — 36,8% de II para III e 24% de III para IV em 1986.
- b) — estabelecimento de novos percentuais para ocupação dos "degraus da pirâmide". Em 1986 ficou definido 26,5% dos profissionais no grupo III e 6,5% no grupo IV, sendo que 1987 há a perspectiva de ampliação para 28,5% e 8,5% respectivamente.

LUTA EM 1987

Pretendemos em 1987 entrar definitivamente na questão de política de pessoal. As preocupações imediatas são:

— defasagem salarial entre a PETROBRÁS e o mercado, com consequente perda de motivação e saída de técnicos que foram treinados e capacitados através de um investimento com recursos públicos.

— reestudo de toda a carreira técnica de forma que haja uma recuperação salarial e ampliação da participação nas decisões.

— falta generalizada de pessoal, principalmente nas unidades operacionais — plataformas, por exemplo — onde já existe, além de diversos casos de estafa, problemas psicológicos etc., risco de acidentes por falta de pessoal.

SÓ PODEREMOS CONDUZIR ESTES TRABALHOS COM A PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS — PROCUREMOS UM DIRETOR DA AEPET E SE INFORME SOBRE AS ATIVIDADES.

Boletim AEPET - Fev 87



Função Engenharia

O grupo de Engenharia da AEPET, coordenado pelo vice-presidente da entidade, Diomedes Cesário da Silva, elaborou o trabalho "A Organização da Engenharia na Petrobrás". Em seguida organizou um debate que contou com as presenças de superintendentes, chefes de divisão e com um número expressivo de empregados da Petrobrás.

O documento do GT Engenharia da AEPET tem sido utilizado como base no desenvolvimento de vários trabalhos na Companhia.



Diomedes Cesário da Silva, coordena o GT de Engenharia

Debate "A Engenharia na Petrobrás"

O grupo de Engenharia da AEPET, coordenado pelo seu vice-presidente DIO-MEDES CESÁRIO DA SILVA, promoveu em 02.10.86* no auditório do EDISE, um debate baseado no trabalho intitulado "A Organização da Engenharia na Petrobrás" (apresentado nas pgs 12 a 17 deste boletim).

O debate contou, além da presença maciça de empregados da Petrobrás e da Direção da AEPET, com os seguintes participantes:

eng. ALFEU DE MELO VALENÇA — Superintendente geral do DEPRO
eng. HÉLIO LINS MARINHO FALCÃO — Superintendente geral do DEPER
eng. JOSÉ PAULO SILVEIRA — Superintendente do CENPES
eng. ROBERTO VILLA — Superintendente Adjunto da Produção do DEPIN
eng. SALVADOR IELO FILHO — Chefe Adjunto do SEGEN

Eis a íntegra do debate:

Engenheiro Maciel — Meu nome é Antônio dos Santos Maciel Neto, sou presidente da AEPET. Está aqui do meu lado o engenheiro Diomedes Cesário da Silva, é o vice-presidente da AEPET e coordenador do grupo de trabalho responsável por este evento de trabalho realizado pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás.

tinha assumido outro compromisso anteriormente para o mesmo horário que me foi impossível cancelar. Aproveito a realização deste significativo evento, para transmitir a todos os participantes minhas sinceras congratulações na esperança de poder revê-los em um próximo encontro. Cordialmente, Ozires Silva.

bilidade de 3 a 5 minutos para que cada um faça possíveis comentários, antes de passar às perguntas do plenário. Uma outra coisa que se discutiu muito, mas é absolutamente necessário em um debate com o número de pessoas presentes e pela oportunidade do tema, vai ser necessário que as perguntas sejam



Petrobrás Overseas

A busca pela transparência dos assuntos pertinentes à Petrobrás é um exercício diário da AEPET. Desde que surgiu a idéia da criação da Petrobrás Overseas, uma nova subsidiária da Companhia cuja sede seria instalada em Londres, uma série de reuniões e estudos foram realizados com o propósito de esclarecer dúvidas, incertezas e apreensões que o tema provocava no corpo técnico da Companhia.

Em um debate realizado sobre o assunto, o então diretor da área comercial da Petrobrás, Carlos Sant'Anna, argumentou que a Companhia precisava expandir sua presença no mercado internacional, acompanhando a tendência de outras grandes Companhias de petróleo e ampliando o faturamento da holding Petrobrás.

A AEPET, entretanto, expressando a opinião de seus associados, considerou que a criação da Overseas estava sendo realizada sem a devida transparência para os empregados da Companhia. Muitas dúvidas não foram esclarecidas. Temia-se, por exemplo, que a Overseas, ao assumir a operação de compra e venda de petróleo em Londres, estaria deslocando para o exterior o centro de decisões da Petrobrás sobre negócios que envolvem bilhões de dólares. Outra preocupação era o possível confronto que seria travado entre diversos órgãos da empresa com atuação externa, como o DECOM, Interbrás, Braspetro.

A insistência da AEPET para que o assunto não fosse decidido precipitadamente fez com que o então ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, solicitasse ao presidente José Sarney o envio do projeto de lei sobre a criação da Overseas ao Congresso Nacional. Imediatamente a AEPET enviou telex aos congressistas solicitando que não houvesse deliberação sobre o assunto sem a prévia consulta ao novo presidente da Petrobrás, Armando Guedes, que substituiu Ozires Silva, idealizador e defensor da criação da Overseas. Por falta de dados suficientes para justificar a implantação de uma nova subsidiária, com sede no exterior, os parlamentares, naquela oportunidade, arquivaram o projeto da Overseas.

Recentemente o assunto voltou à tona e a AEPET mobilizou-se no sentido de que o projeto fosse arquivado definitivamente no Congresso Nacional. Foi encaminhado telex aos congressistas e atualmente o assunto está em discussão na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados. Por solicitação da AEPET, o deputado Oswaldo Lima Filho pediu vistas do projeto da Overseas e, no período do fechamento deste livro, comunicou à entidade que seu parecer será contrário à criação da Overseas.

EXTRA



BOLETIM DA

aepet

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

NOVEMBRO DE 1989

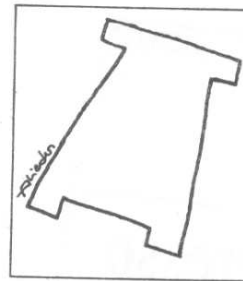
AEPET propõe ao Congresso arquivamento definitivo do projeto OVERSEAS

A AEPET acaba de enviar telex às lideranças de todos os partidos políticos na Câmara dos Deputados e à direção da Petrobrás defendendo o arquivamento do projeto de criação da Petrobrás OVERSEAS, em tramitação no Congresso Nacional. Esta proposta faz parte do parecer do deputado César Maia (PDT-RJ), que pede o arquivamento do projeto de lei do Poder Executivo.

Veja matéria na página 3

Congresso Analisa Orçamento da Petrobrás para 1990

Publicamos nesta edição extra do BOLETIM DA AEPET o parecer do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) sobre a proposta orçamentária da Petrobrás para 1990. Designado relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, Miro Teixeira procurou a direção da AEPET para informar-se sobre a crise financeira da Companhia e confessou-se alarmado com os dados obtidos. O parecer do deputado defende "a intervenção do Congresso Nacional, exigindo clareza nos cálculos das distribuidoras e do CNP". (Págs. 4 e 5)

Os Presidenciáveis na Petrobrás

No primeiro turno das eleições presidenciais a AEPET convidou todos os candidatos para debaterem os principais temas nacionais e, em particular, os assuntos de interesse da Petrobrás.

Atendendo esse convite, os presidenciáveis Paulo Maluf, Roberto Freire, Aureliano Chaves e Mário Covas compareceram ao auditório da Companhia para debaterem com centenas de pessoas.

Os dois candidatos que disputaram o segundo turno também foram convidados pela AEPET. Luis Inácio Lula da Silva indicou para representá-lo o presidente do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro, engenheiro Jorge Bittar.

O debate com Bittar foi animado e ele garantiu que Lula "fechava" com todas as sugestões da AEPET. Vale destacar que Jorge Bittar é um amigo da AEPET de muitos anos, tendo desenvolvido diversas atividades com a entidade como presidente do Sindicato dos Engenheiros — RJ e como secretário da Federação Nacional dos Engenheiros.

O GOVERNO LULA E A PETROBRÁS

A ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS DANDO CONTINUIDADE AO PROJETO DE DEBATES SOBRE OS PROBLEMAS DA COMPANHIA COM OS PRESIDENCIÁVEIS, PROMOVE PALESTRA COM O

PRESIDENTE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DO RIO DE JANEIRO

JORGE BITTAR

DIA: 12 / 12 / 89 - TERÇA-FEIRA
HORA: 17H 30MIN
LOCAL: AUDITÓRIO DO EDISE

CONVITE

A ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS CONVIDA TODOS OS EMPREGADOS DA PETROBRÁS E SUBSIDIÁRIAS PARA PARTICIPAREM DA EXPOSIÇÃO SEGUIDA DE DEBATES DO CANDIDATO A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DEPUTADO ROBERTO FREIRE

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB

DIA 12 DE SETEMBRO - TERÇA-FEIRA
HORÁRIO: 17 HORAS E 30 MIN.
LOCAL: AUDITÓRIO DO EDISE

AEPET promove debate com os presidenciaíveis

A crise financeira da Petrobrás é tema de todos os debates promovidos pela imprensa com os presidenciaíveis. Nada mais justo que este assunto seja discutido com os empregados da Companhia. Por isso a AEPET pretende realizar uma série de debates com os candidatos à Presidência da

República. Já obtivemos o consentimento da direção da empresa para ocupar o auditório do EDISE. O convite aos presidenciaíveis já foi feito e estamos aguardando apenas resposta para marcarmos as datas.

Documento da AEPET a ser enviado aos presidenciaíveis

A AEPET já elaborou um documento, encaminhado a todos os candidatos, propondo algumas medidas como compromisso de campanha dos presidenciaíveis. Segue a reprodução do texto:

As atividades da PETROBRÁS estão ligados, direta ou indiretamente, mais de 10% do PIB brasileiro; 2.000 empresas fornecedoras de materiais e equipamentos e 5.000 empresas prestadoras de serviços têm na PETROBRÁS sua fonte dinamizadora. Exemplifique-se com o setor de bens de capital: 25% de suas encomendas advêm de PETROBRÁS. As reservas de petróleo e gás descobertas, incluindo os campos gigantes de Marlim e Albacora, somam quase 8 bilhões de barris, equivalentes às da Shell e da Esso, as duas maiores empresas petrolíferas do mundo. Mais: 70.000 empregos diretos e 3.000.000 empregos indiretos são gerados pelas atividades da PETROBRÁS: em 1988, foram recolhidos aos cofres governamentais o equivalente a 2,74 bilhões de dólares em impostos, contribuições e encargos sociais, contribuindo, assim, para a redução do déficit público. A economia de divisas representada pela produção, refino e transporte de petróleo e derivados, atingiu, também em 1988, a 8,1 bilhões de dólares. Nove estados da Federação e a Marinha de Guerra, bem como 550 municípios brasileiros, receberam, em 1988, 164 milhões de dólares sob forma de royalties.

Poderíamos prosseguir citando fatos e números irresponsáveis quanto à eficiência e à eficácia da maior empresa brasileira. Poderíamos lembrar a sua importância na formação de quadros técnicos e administrativos — todos recrutados por concurso público — cuja competência é reconhecida internacionalmente. Poderíamos lembrar o desenvolvimento de tecnologias de ponta nos Centros de Pesquisa, sendo que em algumas áreas — produção em águas profundas, por exemplo — a PETROBRÁS detem a liderança em todo o mundo.

Os investimentos no setor do petróleo têm, o mais das vezes, maturação rápida e retorno compensador. Proporciona economia de divisas, cria mercados, estimula a produção industrial interna — em nosso caso, por exemplo, a PETROBRÁS realiza 95% de suas compras na indústria brasileira.

Colocar a saúde financeira e econômica da PETROBRÁS em risco representa, pois, agravar as dificuldades do presente e abdicar do progresso no futuro. É subtrair das próximas gerações o maior conjunto e a maior fonte de riquezas pertencentes a toda a Sociedade Brasileira. É destruir o seu maior instrumento de progresso social, econômico e político.

A crise atual é conhecida por todos. Suas causas, também: a defasagem dos preços dos derivados, os subsídios que drenam recursos públicos para os setores petrolíferos e da produção de álcool carburant, os prazos financeiramente inadmissíveis concedidos às distribuidoras para pagamento dos derivados por elas comercializa-

dos, a Conta Petróleo defasada dos preços mundiais do petróleo.

Reconhecemos que, em momentos de crise, os sacrifícios devam ser divididos entre todos. Porém, é vital que, justamente nesses momentos, a produção deva ser fortalecida. Por esta razão, e para que a produção do setor petróleo seja parte fundamental na retomada do desenvolvimento, propomos que sejam parte dos compromissos de campanha e do programa de Governo de V.Sa. as seguintes medidas:

- * Estabelecimento de uma política de autonomia de gestão, onde as metas a serem atingidas e os prazos a serem obedecidos sejam firmemente estabelecidos entre a PETROBRÁS e o Governo.
- * Implantação de uma política de preços de petróleo e derivados condizente com as realidades de mercado e de justa remuneração à PETROBRÁS, de forma a garantir sua capacidade de investimentos, a busca e a garantia da auto-suficiência no setor.
- * Retirada dos subsídios e privilégios hoje entregues à indústria petroquímica (elevação dos preços da nafta aos níveis de mercado) e às distribuidoras (fim dos prazos excessivos para pagamento dos derivados e estabelecimento de política transparente na transferência dos recursos do FUP — Fundo de Unificação de Preços. O CNP, atual administrador desse Fundo, não tem permitido a necessária transparência).
- * Reformulação e redimensionamento do Proálcool, buscando conciliar tanto a necessidade de preservar o interesse dos consumidores e os investimentos realizados com a política energética e o fim dos subsídios por parte da PETROBRÁS.

BOLETIM DA AEPET - agosto 89



A Associação dos Engenheiros da Petrobrás dos Estados do Rio e Guanabara tem o prazer de convidar V. Excia. e Exma. família para a sessão solene de posse de sua Diretoria Executiva e de seu Conselho Fiscal, a realizar-se no Auditório do Clube de Engenharia, às 20,30 horas do dia 28 de Dezembro de 1961.

Presidente	— WALTER M. SIQUEIRA
Vice-Presidente	— AZAYR J. LEAL
1.º Secretário	— J. A. DAVIES DE FREITAS
2.º Secretário	— ANTONIO DA SILVA LIMA
1.º Tesoureiro	— SYLVIO BOQUIMPANI
2.º Tesoureiro	— PAULO ROBERTO PINGRET LOSADA
Diretor Social	— ROBERTO M. VIOLA

De 1961 até hoje

Em 17 de outubro de 1961 foi eleita a primeira diretoria da então Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. A chapa vencedora para administrar a entidade até junho de 1962 foi a seguinte:

Primeira Diretoria (outubro 1961 a junho 1962)

DIRETORIA

Presidente: Walter Moreira Siqueira
 Vice-Presidente: Azair Jauffret Leal
 Primeiro Secretário: José Alberto Davies de Freitas
 Segundo Secretário: Antonio da Silva Lima
 Primeiro Tesoureiro: Sylvio Boquimpani
 Segundo Tesoureiro: Paulo Roberto Pingret Losada
 Diretor Social: Roberto Mileo Viola

Segunda Diretoria (junho 62 a junho 63)

DIRETORIA

Presidente: Lincoln Barra
 Vice-Presidente: Carlos Accioly
 Primeiro Secretário: Rogério Tristão de Magalhães
 Segundo Secretário: Ivô Fadigas de Souza
 Primeiro Tesoureiro: José Jucá Bezerra Neto
 Segundo Tesoureiro: José Benício de Medeiros
 Diretor Social: Fernando Carreiro

Terceira Diretoria (junho 63 a junho 64)

DIRETORIA

Presidente: José Alberto Davies de Freitas
 Vice-Presidente: Rogério Tristão de Magalhães
 Primeiro Secretário: Renato Magalhães da Silveira
 Segundo Secretário: Alfredo Franz Scheible

Primeiro Tesoureiro: Sylvio Boquimpani
Segundo Tesoureiro: Salvador Ielo Filho
Diretor Social: Walter Moreira Siqueira

CONSELHO FISCAL**Efetivos:**

Haylson Oddone
Mirenio Morado Lutterbach
Roberto Gomes da Costa

Suplentes:

Leonardo Nogueira
Lincoln da Silva Barra
Carlos Palmarino Correia Accioly

Quarta Diretoria (Junho 64 a Junho 65)

DIRETORIA

Presidente: Roberto Gomes da Costa
Vice-Presidente: Horácio Martins
1º Secretário: Leonardo Nogueira
2º Secretário: Pedro Paulo Dapoian
1º Tesoureiro: Osmar Abib
2º Tesoureiro: Murilo Moutinho dos Reis
Diretor Social: Henrique Monteiro da Silva

CONSELHO FISCAL**Efetivos:**

Ivan Maia Vasconcellos
Jorge Bailly
Leon Zeitel

Suplentes:

Siegfried Gondim
Meira Chaves
Luiz Mario Ferreira de Souza
Marcos Luiz dos Santos

Durante a posse desta diretoria, realizada no Clube de Engenharia, foi informado que o livro de atas e as pastas de correspondências da AEPERG estavam em poder dos senhores Jorge Val de Oliveira e José Carlos de Beltrão Couto, que se identificaram como representantes do Conselho de Segurança Nacional, desempenhando funções junto ao Gabinete da Presidência da Petrobrás. Estes documentos continuam desaparecidos até hoje.

Quinta Diretoria (junho 1965 a junho 1966)

DIRETORIA

Presidente: Heitor Coutinho
Vice-Presidente: Ary Pimentel Gomes
Primeiro Secretário: Jayr Augusto de Miranda
Segundo Secretário: Luiz Tarcísio Castelo Branco Sampaio
Primeiro Tesoureiro: Mario Duque Estrada

Segundo Tesoureiro: Carlos Luiz Peiter
Diretor Social: José Carlos Braga

CONSELHO FISCAL:**Efetivos:**

José Freire Machado
Fernando Castro Santos
Eloy do Egito Coelho

Suplentes:

José Fernando Campos Fortes
Lincoln Barra
David Bizinover

Sexta Diretoria (junho 1966 a agosto de 1966)

JUNTA DIRETORA

Presidente: Waldyr Souza Nazareth
Primeiro Secretário: Jayr Augusto Miranda
Segundo Secretário: Amílcar Pereira da Silva
Primeiro Tesoureiro: Théo Ramos Martha
Segundo Tesoureiro: José Fernando Campos Fortes

Sétima Diretoria (agosto 1966 a setembro de 1966)

DIRETORIA

Presidente: Waldyr Souza Nazareth
Vice-Presidente: Nilson da Costa Freitas
Primeiro Secretário: Helbert Rosa
Segundo Secretário: Rolf Karl Mattfeldt
Primeiro Tesoureiro: José Fernando Campos Fortes
Segundo Tesoureiro: Théo Ramos Martha
Diretor Social: José Raul de Moraes Neto

CONSELHO FISCAL**Efetivos:**

Marcos Santos Viana
Nilson Soares de Tomaso
Pedro Paulo de Poian

Suplentes:

Aldo Carneiro Junior
Geraldo Fernandes Souto
Carlos Alberto Xavier de Oliveira

Oitava Diretoria (setembro 1967 a setembro de 1968)

DIRETORIA

Presidente: Waldyr Souza Nazareth
Vice-Presidente: Nilson Soares Di Tommaso
Primeiro Tesoureiro: Helio Corrêa da Costa
Segundo Tesoureiro: Aldo Carneiro Junior
Primeiro Secretário: José Fernando Campos Fortes

Segundo Secretário: Remo Mannarino
Diretor Social: José Raul de Moraes Neto

CONSELHO FISCAL**Efetivos:**

João Machado Freitas Filho
Fernando Servos Cruz
Pedro Paulo da Poian

Suplentes:

Danilo de Castro Abreu
Nilson da Costa Freitas
Mario Ramos

Nona Diretoria
(outubro 1968 a julho de 1969)

DIRETORIA

Presidente: Fernando Adolpho Ribeiro Sandroni
Vice-Presidente: Eugenio Miguel Mancini Scheleder
Primeiro Secretário: Raul Antonio Medeiros Aranha Mourão Vieira
Segundo Secretário: Roberto Gomes da Costa
Primeiro Tesoureiro: Irineu Soares
Segundo Tesoureiro: Gil Duarte Moraes
Diretor Social: Carlos Felipe Nery Guimarães

CONSELHO FISCAL**Efetivos:**

Carlos Palmarino Correia Accioly
Pedro Paulo da Poian
Bernardo Fajerstein

Suplentes:

José Fernando Campos Fortes
Paulo Roberto Ribeiro da Cunha
Marcos Henrique de Castro Oliveira

Décima Diretoria
(julho 1969 a julho de 1970)

DIRETORIA

Presidente: Fernando Adolpho Ribeiro Sandroni
Vice-Presidente: Roberto Gomes da Costa
Primeiro Secretário: Raul Antonio de Medeiros Aranha Mourão Vieira
Segundo Secretário: Irineu Soares
Primeiro Tesoureiro: Marcos Henrique de Castro Oliveira
Segundo Tesoureiro: Rodrigo José Thedim Silvado
Diretor Social: Mario Ermelino da Silva

CONSELHO FISCAL**Efetivos:**

Carlos Palmarino Correia Accioly
Sergio Portinho
Bernardo Fajerstein



Ex-presidentes da AEPET no almoço em defesa dos investimentos da Petrobrás. (Dir. à esq.): Walter Siqueira, Wilson Barbosa, Roberto Gomes da Costa, Fernando Fortes, Luis Fernando Gutman, José Davies de Freitas e o atual presidente Antonio Maciel Neto.

Suplentes:

Luciano Baima
Gu Duarte Moraes
Eugenio Miguel Mancini Scheleder

Décima Primeira Diretoria
(julho 1970 a julho de 1972)

DIRETORIA

Presidente: José Benício de Medeiros
Vice-Presidente: Fernando Campos Fortes
Primeiro Secretário: Renato Cunha Melo
Segundo Secretário: Eugenio Miguel Mancini Scheleder
Primeiro Tesoureiro: Carlos H. C. Poppe de Figueiredo
Segundo Tesoureiro: Mario Ermelino da Silva
Diretor Social: João Machado de Freitas Filho

CONSELHO FISCAL**Efetivos:**

Luciano Baima
Paulo Roberto Ribeiro da Cunha
Sergio Portinho

Suplentes:

Delio Lima do Amaral
João Miranda da Conceição
Roberto Gomes da Costa

Décima Segunda Diretoria (junho 1972 a julho de 1973)

DIRETORIA

Presidente: Reinaldo de Carvalho
Vice-Presidente: Helio Correia da Costa
Primeiro Tesoureiro: Eduardo Henrique Prange
Segundo Tesoureiro: Sérgio Menezes Portinho
Primeiro Secretário: Waldyr Souza Nazareth
Segundo Secretário: Paulo Cesar de Alencar Avelar
Diretor Social: Roberto Vianna de Miranda

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

João Machado de Freitas Filho
José Benício de Medeiros
José Fernando Campos Fortes

Suplentes:

Carlos Henrique Poppe de Figueiredo
Helbert Rosa
Marcos Viana

Décima Terceira Diretoria (julho 1973 a setembro de 1974)

DIRETORIA

Presidente: José Fernando Campos Fortes
Vice-Presidente: Gastão Viana Gaspar
Primeiro Secretário: Murilo Domingues
Segundo Secretário: João de Almeida Abreu Lameira
Primeiro Tesoureiro: Eduardo Henrique Araújo
Segundo Tesoureiro: Onofre Laerte Camargo
Diretor Social: Reinaldo Rodrigues Carvalho

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

José Benício de Medeiros
Helio Correia da Costa
Waldyr Souza Nazareth

Suplentes:

Nilo Saldanha da Gama
Irineu Soares
Roberto Vianna de Miranda

Décima Quarta Diretoria (setembro 1974 a fevereiro 1976)

DIRETORIA

Presidente: José Fernando Campos Fortes
Vice-Presidente: Gastão Vitor Casper
Primeiro Secretário: João Machado de Freitas Filho
Segundo Secretário: Onofre Laerte Camargo
Primeiro Tesoureiro: Murilo Abrano Domingues
Segundo Tesoureiro: Roosevelt Campos Nina
Diretor Social: Reinaldo Rodrigues de Carvalho

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

José Benício de Medeiros
Rogério do Amaral Figueiredo
Cícero Gomes de Faro

Suplentes:

Simon Arongans
Eduardo Henrique Prange
Helio Correa da Costa

Em 17 de dezembro de 1975 foi realizada Assembléia Geral Extraordinária para aprovação dos novos estatutos da AEPERG. O mandato da diretoria foi estendido para dois anos e a entidade passou a chamar-se Associação dos Engenheiros da Petrobrás — AEPET.

Décima Quinta Diretoria (julho 1976 a abril de 1978)

DIRETORIA

Presidente: José Fernando Campos Forte
Vice-Presidente: Irineu Soares
Diretor Comunicações: Antonio Knoploch dos Santos
Vice-Diretor Comunicações: Sylvio Pinguelli de Lima
Diretor Patrimônio: Otaviano Rodrigues Frade
Vice-Diretor Patrimônio: João Machado de Freitas Filho
Diretor Social: Antonio José Luz
Vice-Diretor Social: Aurelio Ponzio
Diretor Cultural: Elmano Gomes dos Santos
Vice-Diretor Cultural: Vasilio Pradonoff

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Cícero Gomes de Faro
Rogério do Amaral Figueiredo
Gastão Vitor Casper

Suplentes:

Ari dos Santos Ferreira
Roosevelt de Campos Nina
Archimedes de Carvalho Simões

Décima Sexta Diretoria (abril 1978 a janeiro de 1980)

DIRETORIA

Presidente: José Fernando Campos Fortes
Vice-Presidente: Julio Guedes da Conceição
Diretor Comunicações: Horacio Vianna Oscherry
Diretor Patrimônio: Lauro de Castro Lima de Oliveira
Vice-Diretor Patrimônio: Attila Luiz P. de Almeida
Diretor Social: Aurelio Ponzio
Vice-Diretor Social: Ary dos Santos Ferreira
Diretor Cultural: Carlos Arai Ferdinand Jordão
Vice-Diretor Cultural: Elmano Gomes dos Santos

CONSELHO FISCAL**Efetivos:**

*Sylvio Boquimpani
Otavino Rodrigues Frade
Archimedes de Carvalho Junior*

Suplentes:

*Conrad Donat Alfred Vay
Simion Arongans
Rogerio do Amaral Figueiredo*

**Décima Sétima Diretoria
(janeiro 1980 a janeiro 1982)****DIRETORIA**

*Presidente: Wilson Barbosa de Oliveira
Vice-Presidente: Carlos Antonio Akselrud de Gouveia
Diretor Comunicações: Luiz Carlos Moreira da Silva
Vice-Diretor Comunicações: Jorge Magalhães de Mendonça
Diretor Patrimônio: Alexandre Guilherme de Oliveira e Silva
Vice-Diretor Patrimônio: Roberto da Silva Amorim
Diretor Social: Oswaldo Antunes Pedrosa Júnior
Vice-Diretor Social: Luiz Fernando Marinho Nunes
Diretor Cultural: Otávio Rivera Monteiro
Vice-Diretor Cultural: João Augusto Bastos de Mattos*

CONSELHO FISCAL**Efetivos:**

*Antonio Carlos Pinto de Queiroz
Ricardo Nascimento e Silva do Valle
Heitor Augusto de Araújo Filho*

Suplentes:

*Rafael Mauro Comino
José Heleno Coimbra de Almeida
Rogério de Miranda Freire*

**Décima Oitava Diretoria
(janeiro 1982 a fevereiro de 1984)****DIRETORIA**

*Presidente: Wilson Barbosa de Oliveira
Vice-Presidente: Carlos Antonio Akselrud de Gouveia
Diretor Comunicações: Alexandre Guilherme de Oliveira e Silva
Vice-Diretor Comunicações: Roberto da Silva Amorim
Diretor Patrimônio: Marcia de Mendonça Sobral
Vice-Diretor Patrimônio: Rafael Mauro Comino
Diretor Social: Luiz Carlos Moreira da Silva
Vice-Diretor Social: Luis Fernando Marinho Nunes
Diretor Cultural: Antonio dos Santos Maciel Neto
Vice-Diretor Cultural: Elie Abadie*

CONSELHO FISCAL**Efetivos:**

Alberto Paqualini

Celso L. Silva Pereira

Jorge Eduardo Costa do Nascimento

Suplentes:

*Maria Elizabeth F. dos Santos
Raimundo Ari Nogueira Paula
Sergio Carvalho B. de Mello*

**Décima Nona Diretoria
(fevereiro 1984 a janeiro 1986)****DIRETORIA**

*Presidente: Luis Fernando de Oliveira Gutman
Vice-Presidente: Angelo Francisco dos Santos
Diretor Comunicações: Antonio dos Santos Maciel Neto
Vice-Diretor Comunicações: José Geraldo de Souza Carvalho
Diretor Patrimônio: Pedro Francisco de Almeida Castilho
Vice-Diretor Patrimônio: Oscar Felizzola Souza
Diretor Social: Hamilcar José do Amaral Bevilaqua Neto
Vice-Diretor Social: Ricardo Lima de Souza
Diretor Cultural: Ademar Waldir Blum
Vice-Diretor Cultural: Sergio Ferreira da Rocha*

CONSELHO FISCAL**Efetivos:**

*Diomedes Cesário da Silva
Luiz Fernando Marinho Nunes
Renato Marques Correa da Silva*

Suplentes:

*José Fernando Campos Fortes
Marcia de Mendonça Sobral
Wilson Barbosa de Oliveira*

**Vigésima Diretoria
(janeiro 1986 a janeiro 1988)****DIRETORIA**

*Presidente: Antonio dos Santos Maciel Neto
Vice-Presidente: Diomedes Cesário da Silva
Diretor Comunicações: Márcia de Mendonça Sobral
Vice-Diretor Comunicações: Julio Cesar Carmo Bueno
Diretor Patrimônio: Guaraci Corrêa Porto
Vice-Diretor Patrimônio: Hamilcar José do Amaral Bevilaqua Neto
Diretor Social: Angelo Francisco dos Santos
Vice-Diretor Social: Mozart Cavalcante de Barros
Diretor Cultural: Fernando Leite Siqueira
Vice-Diretor Cultural: Hildo Francisco Henz*

CONSELHO FISCAL**Efetivos:**

*Jorge Luis Correa Bastos
Fernando Pellon de Miranda
Ricardo Moura de Albuquerque Maranhão*

Suplentes:

José Costa Freire Neto

*Jacy Theresinha Espírito Santo Palmeira
Luis Fernando de Oliveira Gutman*

Vigésima Primeira Diretoria (janeiro 1988 a janeiro de 1990)

DIRETORIA

*Presidente: Antonio dos Santos Maciel Neto
Vice-Presidente: Diomedes Cesário da Silva
Diretor Patrimônio: Guaraci Corrêa Porto
Vice-Diretor Patrimônio: Halmicar José do Amaral Bevilaqua Neto
Diretor Comunicações: Ricardo Moura Albuquerque Maranhão
Vice-Diretor Comunicações: Julio Cesar Carmo Bueno
Diretor Cultural: Luis Fernando de Oliveira Gutman
Vice-Diretor Cultural: Sergio Ferreira da Rocha
Diretor Social: Renato Marques Correia da Silva
Vice-Diretor Social: Marcos Aurélio Latgé*

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

*Márcia de Mendonça Sobral
Fernando Leite Siqueira
Elísio Caetano Filho*

Suplentes:

*Jacy Theresinha Espírito Santo Palmeira
João Augusto Bastos de Mattos
Felippe Leite e Antunes*

A diretoria eleita em novembro último para cumprir o mandato entre janeiro de 1990 e janeiro de 1992 é composta dos seguintes membros:

DIRETORIA:

*Presidente: Diomedes Cesário da Silva
Vice-Presidente: Fernando Leite Siqueira
Diretor Comunicações: Ricardo Moura Albuquerque Maranhão
Vice-Diretor Comunicações: Felippe Leite e Antunes
Diretor Patrimônio: Alexandre de Oliveira e Silva
Vice-Diretor Patrimônio: Hildebrando Gonsales
Diretor Pessoal: Heitor Manoel Pereira
Vice-Diretor Pessoal: Carlos Camerini
Diretor Cultural: Marco Aurélio Latgé
Vice-Diretor Cultural: Marcia dos Santos*

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

*Argemiro Pertence Neto
Carlos Augusto Brandão
Edson Megale Vale*

Suplentes:

*Sidney Santos
Rosalinda Pimentel
Hildo Henz*